



## **Aécio Neves da Cunha**

Governador do Estado de Minas Gerais

## **Simão Cirineu Dias**

Secretário de Estado de Fazenda

## **Maria da Conceição Barros de Rezende**

Contadora Geral do Estado

CRC MG – 068.609

CPF – 673.489.476 – 20

---



## Apresentação

Apresento o relatório contábil, do exercício de 2008, peça integrante do Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, instrumento de prestação de contas que Excelentíssimo Senhor Governador apresenta anualmente à Assembléia Legislativa e ao povo mineiro.

O presente relatório elaborado sob a forma simplificada de textos, tabelas comparativas e gráficos diversos, propicia além de um melhor entendimento, análises mais detalhadas sobre os resultados alcançados pelo Governo de Minas, o que contribui para maior transparência nas contas da Administração Pública Estadual, na busca de um Estado para resultados.

As informações sobre os resultados alcançados pelo Governo Estadual, dispostas nas Demonstrações Contábeis e demais relatórios de natureza orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades que integram a Administração Direta, Autárquica e Fundações, Fundos Estaduais e Empresas Estatais Dependentes, de forma consolidada e individualizada, fazem parte do presente documento.

Os resultados obtidos por Minas Gerais, nos últimos anos, sobretudo em 2008, demonstram a convergência dos objetivos de Minas para o mesmo ponto: a construção de um novo tempo.

Belo Horizonte, 18 de março de 2009.

**Maria da Conceição Barros de Rezende**

Diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral

CRC/MG 68.609-8



## Sumário

1 – Notas Técnicas .....	3
2 – Orçamento .....	6
3 – Balanço Orçamentário .....	8
3.1 – Receita Orçamentária Fiscal .....	10
3.1.1 – Receitas Correntes.....	10
3.1.2 – Receitas de Capital .....	16
3.2 – Despesa Orçamentária Fiscal .....	17
3.2.1 – Despesas Correntes.....	17
3.2.2 – Despesas de Capital.....	19
3.2.3 – Despesas com Projetos Estruturadores .....	20
3.2.4 – Despesa Orçamentária por Fonte .....	27
3.3 – Resultado Fiscal.....	28
4 – Balanço Financeiro .....	29
5 – Balanço Patrimonial.....	32
5.1 – Ativo .....	33
5.2 – Passivo.....	41
6 – Variações Patrimoniais.....	47
6.1 – Variações Ativas .....	48
6.2 – Variações Passivas .....	51
7 – Indicadores Fiscais da LRF .....	53
7.1 – Balanço Orçamentário.....	54
7.2 – Receita Corrente Líquida.....	56
7.3 – Despesa de Pessoal.....	58
7.3.1 – Poder Executivo.....	58
7.3.2 – Despesa de Pessoal Consolidado – Todos os Poderes e Ministério Público.....	59
7.4 – Dívida Consolidada Líquida.....	60
7.5 – Resultado Nominal.....	62
7.6 – Resultado Primário.....	63
7.7 – Disponibilidade de Caixa.....	64
7.8 – Restos a Pagar por Poder e Ministério Público .....	66
7.9 – Despesas com Saúde .....	67
7.10 – Parcerias Público-Privadas .....	68
8 – Indicadores Constitucionais .....	69
9 – Considerações Finais .....	71
Legislação Básica .....	72
Realização .....	77
Equipe Técnica .....	78
Bibliografia.....	79
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	80



## **1 – Notas Técnicas**

### **1 – Demonstrações Contábeis e Regime Contábil**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, critérios e disposições da Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei nº. 17.333 de 10 de janeiro de 2008, adotando-se o regime de caixa para apropriação da Receita e de competência para as Despesas, em conformidade com o artigo 35, da Lei Federal nº. 4.320/64.

### **2 – Registro contábil automático da conta de Estoques.**

A partir de dezembro de 2008, os registros contábeis relacionados à conta contábil 1.1.3.01.00.00 – Estoques passaram a ser realizados de forma automática mediante processo de integração do módulo material de consumo do Sistema Integrado de Administração de Materiais – SIAD com o SIAFI-MG. Os procedimentos contábeis e operacionais foram regulamentados por meio da Portaria Conjunta SCCG/SEF/SCRLP/SEPLAG nº. 774 de 28/11/2008.

### **3 – Empresas Dependentes**

A execução Orçamentária da Receita e Despesa das Empresas Dependentes EMATER, EPAMIG e Rádio Inconfidência integram o Balanço Geral do Estado, constante da parte III da Administração Indireta – Fundos Estaduais e Execução Orçamentária das Empresas Estatais Dependentes.

Para fins do Relatório Contábil tais informações foram consideradas somente no capítulo da Execução Orçamentária, não fazendo parte dos dados dispostos no Balanço Financeiro, Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, deste relatório.

### **4 – FAHMEMG – Fundo de Apoio Habitacional aos Militares**

Criado pela Lei Estadual 17.949, de 22 de dezembro de 2008, este fundo se destina a viabilizar acesso à moradia, concessão de financiamento para assistência à habitação – com prazo que poderá chegar a até 30 anos – aos servidores públicos estaduais segurados do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais – IPSM, do qual fazem parte as corporações da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.



O gestor e agente executor do fundo é o Instituto de Previdência dos Servidores Militares – IPSM e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG como agente financeiro.

O aporte inicial foi com recursos do Tesouro Estadual no valor de R\$ 476 milhões, proveniente de crédito orçamentário especial no exercício de 2008. Novos aportes poderão ser efetuados nos exercícios futuros, dependendo do fluxo financeiro dos retornos originados das operações contratadas por meio do Fundo, e ou para atender a novas demandas, a fim de garantir ao mesmo o pleno funcionamento e atendimento de seus objetivos.

## **5 – FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2007, e tem por objetivo atender a Educação Básica, com âmbito de atuação prioritária no ensino Fundamental e Médio. Seus recursos, no caso do Estado, são oriundos da aplicação de um percentual progressivo nos primeiros três exercícios sobre os seguintes tributos: ICMS, IPVA, ITCD e os respectivos valores dos juros, multas e dívida ativa, bem como das transferências federais recebidas relativas ao FPE, Lei Kandir e IPI, da seguinte forma:

<b>Descrição das fontes de financiamentos – Estado</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
ICMS, FPE, IPI Exportação, Lei Kandir	16,66%	18,33%	20%
ITCD, IPVA e Competência Residual (participação estadual)	6,66%	13,33%	20%

## **6 – Incorporação de dados dos Órgãos e Entidades do Poder Legislativo e Empresas Estatais Dependentes**

As unidades orçamentárias Assembleia Legislativa – ALEMG, Instituto de Previdência do Legislativo – IPLEMG e Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa – FUNDHAB tiveram seus dados orçamentários, financeiros e patrimoniais, relativos ao exercício financeiro de 2008, incorporados ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI – MG, por meio da rotina de dados consolidados. Tal procedimento foi igualmente adotado para as Empresas Estatais Dependentes, Emater, Rádio Inconfidência e Epamig no que se refere à execução orçamentária.



## **7 – Bens Móveis e Imóveis**

Os valores registrados nas contas de Bens Móveis e Imóveis, na sua maioria, correspondem aos valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições conforme o disposto no artigo 106, da Lei Federal 4320/64.

## **8 – Composições das Cotas Concedidas e Recebidas**

Na composição das Cotas Concedidas e Recebidas constantes no Anexo XII – Balanços Orçamentários, do Balanço Geral da Administração Direta, Autarquias e Fundações e Fundos Estaduais, utilizou-se as contas contábeis relativas aos grupos: 5.12.01 – Interferências Passivas/Movimentação Financeira Escritural, referente às Cotas Financeiras Concedidas, Restituições de Cotas Concedidas e as Transferências Financeiras relacionadas a este grupo de contas, o mesmo critério foi adotada para o grupo 6.12.01 – Interferências Ativas/Cotas Financeiras Recebidas, Cancelamentos Recebidos e também as Transferências Financeiras .

## **9 – Das Responsabilidades Técnicas**

Relativamente a alguns dados específicos contidos no presente relatório, são de responsabilidade institucional:

- Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária – SCPPO/SEPLAG: metodologia de base de cálculo das receitas orçamentárias para fins de apuração dos limites constitucionais relativos à Educação, Saúde e FAPEMIG, além dos critérios referentes ao Orçamento fiscal e sua execução.
- Superintendência Central de Operações Oficiais de Créditos da Secretaria de Estado de Fazenda – SCOC/SEF: quanto às informações contidas do serviço da dívida, constantes do Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa, do Balanço Geral da Administração Direta.



## 2 – Orçamento

O Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Estadual nº. 17.333, de 10 de janeiro de 2008, publicou seu Orçamento Fiscal para o exercício de 2008. Nela foram estimadas as receitas no montante de R\$ 35.590.405.599,00 (trinta e cinco bilhões, quinhentos e noventa milhões, quatrocentos e cinco mil e quinhentos e noventa e nove reais) e fixadas as despesas em igual importância, em obediência ao princípio do equilíbrio e abrangendo a Administração Direta, Autarquias e Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, conforme determina o § 5º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320/64.

Comparando com o exercício de 2007, cuja previsão orçamentária foi de R\$ 30.553.704.363,00 (trinta bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, setecentos e quatro mil e trezentos e sessenta e três reais), constata-se um incremento de 16,48%, ou seja, R\$ 5.036.701.236,00 (cinco bilhões, trinta e seis milhões, setecentos e um mil e duzentos e trinta e seis reais).

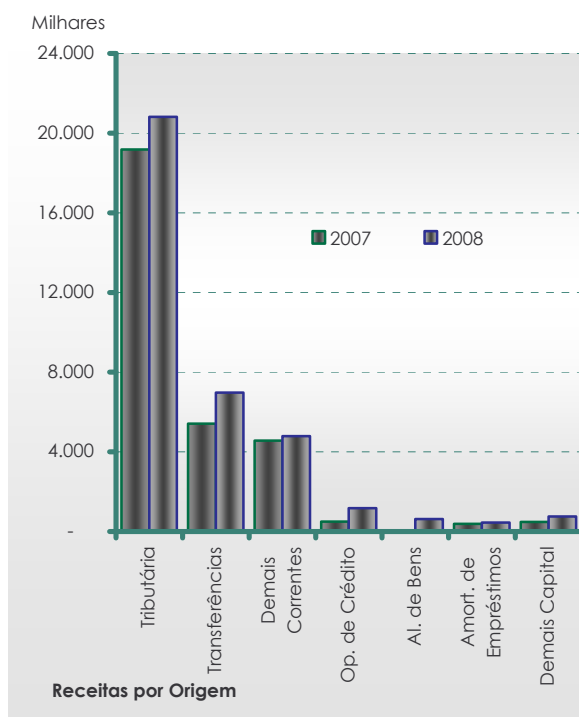


Gráfico 1 – Comparativo da Previsão da Receita Orçamentária Fiscal – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG

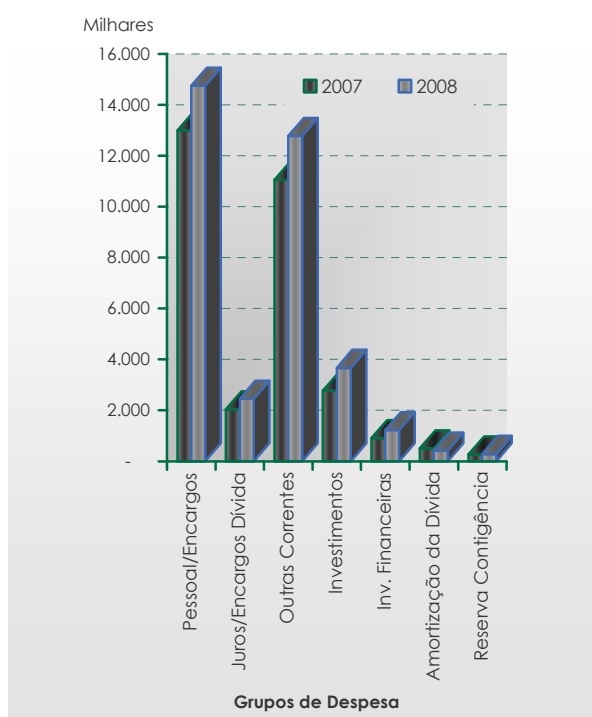


Gráfico 2 – Comparativo da Fixação da Despesa Orçamentária Fiscal – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG

Nos Gráficos 1 e 2, são demonstradas a previsão e fixação orçamentárias para os exercícios de 2007 e 2008, sendo as receitas por categoria econômica ao nível das origens e as despesas por categoria econômica ao nível dos grupos de despesas.



A distribuição dos recursos orçamentários entre as categorias econômicas e respectivos grupos de despesas se manteve, praticamente, dentro da mesma proporcionalidade, quando se compara o exercício de 2008 com o de 2007. Ocorreram reduções nas fixações dos grupos de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes e acréscimos nos grupos de Inversões Financeiras e Investimentos.

Tabela 1 – Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da Despesa  
Estado de Minas Gerais – 2008

Categoria Econômica	Crédito Inicial	Créditos Adicionais		Créditos Autorizados	R\$ milhares
		Suplementações	Anulações		Variação % (1)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.981.533</b>	<b>6.697.934</b>	<b>1.841.832</b>	<b>34.837.634</b>	<b>16,20</b>
1-Pessoal e Encargos Sociais	14.746.903	3.483.581	974.866	17.255.619	17,01
2-Juros e Encargos da Dívida	2.462.434	174.712	88.381	2.548.765	3,51
3-Outras Despesas Correntes	12.772.195	3.039.641	778.586	15.033.250	17,70
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.319.716</b>	<b>4.667.301</b>	<b>1.697.035</b>	<b>8.289.982</b>	<b>55,84</b>
4-Investimentos	3.670.427	3.204.434	1.322.553	5.552.308	51,27
5-Inversões Financeiras	1.223.853	1.204.592	336.816	2.091.629	70,91
6-Amortização da Dívida	425.435	258.275	37.665	646.045	51,86
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>289.157</b>	<b>-</b>	<b>288.500</b>	<b>657</b>	<b>(99,77)</b>
<b>Total</b>	<b>35.590.406</b>	<b>11.365.235</b>	<b>3.827.367</b>	<b>43.128.273</b>	<b>21,18</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) Variação % – (Crédito Autorizado/Crédito Inicial).

Ao longo do exercício financeiro, foram utilizadas aberturas de créditos adicionais a fim de aportarem recursos às autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente previstas no Orçamento.

Os créditos adicionais líquidos totalizaram R\$ 7,538 bilhões, representando uma alteração na previsão inicial de 21,2%, destacando-se a categoria das despesas de capital com maiores percentuais de aportes, nos termos da Tabela nº. 1, acima.

Do valor dos créditos adicionais, R\$ 476,6 milhões se referem aos créditos especiais, que foram utilizados para aporte ao Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – FAHMEMG, criado por meio da Lei Estadual nº. 17.949, de 22/12/2008.



### 3 – Balanço Orçamentário

Em consonância com a legislação vigente, o Estado de Minas Gerais apresenta, a seguir, a estrutura do Balanço Orçamentário adaptado ao que prevê a Lei Complementar nº. 101/00, demonstrando as receitas orçamentárias por categorias econômicas e origens, e as despesas orçamentárias por categorias econômicas e respectivos grupos de despesas.

Tabela 2 – Balanço Orçamentário Fiscal  
Estado de Minas Gerais – 2008

Receitas Orçamentárias						
Categoria Econômica/ Origem	Previsão	Previsão	Valor	Diferença	AH%	AH%
	Inicial (A)	Atualizada (B)	Arrecadado (C)	(C-B)	(C/A)	(C/B)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>35.887.261</b>	<b>36.851.414</b>	<b>42.378.960</b>	<b>5.527.546</b>	<b>118,09</b>	<b>115,00</b>
11 - Receita Tributária Líquida	20.810.422	20.810.493	23.796.532	2.986.039	114,35	114,35
Receita Tributária Bruta	23.656.530	23.656.601	27.040.370	3.383.769	114,30	114,30
Ded. da Receita Tributária (2)	(2.846.108)	(2.846.108)	(3.243.838)	(397.730)	113,97	113,97
12 - Receita de Contribuições	2.776.601	2.777.003	2.755.893	(21.110)	99,25	99,24
13 - Receita Patrimonial Líquida	746.495	1.552.144	1.816.220	264.076	243,30	117,01
14 - Receita Agropecuária	6.559	6.559	5.524	(1.035)	84,22	84,22
15 - Receita Industrial	122.041	122.041	91.425	(30.616)	74,91	74,91
16 - Receita de Serviços	377.545	382.312	474.011	91.699	125,55	123,99
17 - Transferências Cor. Líquidas	6.973.994	7.014.510	8.053.630	1.039.120	115,48	114,81
Receita de Transf. Correntes	7.382.010	7.422.526	8.530.938	1.108.412	115,56	114,93
Ded. da Transf. Correntes (2)	(408.016)	(408.016)	(477.308)	(69.292)	116,98	116,98
19 - Outras Rec. Cor. Líquidas	760.825	873.573	1.544.346	670.773	202,98	176,78
Outras Receitas Correntes	819.479	932.227	1.664.578	732.351	203,13	178,56
Ded. Outras Rec. Corrent. (2)	(58.654)	(58.654)	(120.232)	(61.578)	204,99	204,99
<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.015.923</b>	<b>3.090.619</b>	<b>1.385.751</b>	<b>(1.704.868)</b>	<b>45,95</b>	<b>44,84</b>
21 - Operações de Crédito	1.178.621	1.178.621	556.258	(622.363)	47,20	47,20
22 - Alienação de Bens	630.609	633.118	39.925	(593.193)	6,33	6,31
23 - Amortiz. de Empréstimos	456.807	456.807	480.430	23.623	105,17	105,17
24 - Transferências de Capital	636.546	707.581	282.216	(425.365)	44,34	39,88
25 - Outras Receitas Capital	113.340	114.493	26.923	(87.570)	23,75	23,51
<b>Subtotal</b>	<b>35.590.406</b>	<b>36.629.255</b>	<b>39.923.334</b>	<b>3.294.079</b>	<b>112,17</b>	<b>108,99</b>
<b>Déficit</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35.590.406</b>	<b>36.629.255</b>	<b>39.923.334</b>	<b>3.294.079</b>	<b>112,17</b>	<b>108,99</b>

Despesas Orçamentárias						
Categoria Econômica/ Grupo de Despesa	Crédito	Crédito	Despesa	Diferença	AH %	AH %
	Inicial (A)	Autorizado (B)	Realizada (C)	(C-B)	(C/A)	(C/B)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>29.981.533</b>	<b>34.837.634</b>	<b>33.601.586</b>	<b>(1.236.048)</b>	<b>112,07</b>	<b>96,45</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.746.903	17.255.619	16.674.559	(581.060)	113,07	96,63
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.462.434	2.548.765	2.544.019	(4.747)	103,31	99,81
3 - Outras Despesas Correntes	12.772.195	15.033.250	14.383.008	(650.241)	112,61	95,67
<b>Despesas de Capital</b>	<b>5.319.716</b>	<b>8.289.982</b>	<b>5.697.776</b>	<b>(2.592.205)</b>	<b>107,11</b>	<b>68,73</b>
4 - Investimentos	3.670.427	5.552.308	3.725.666	(1.826.642)	101,50	67,10
5 - Inversões Financeiras	1.223.853	2.091.629	1.442.566	(649.063)	117,87	68,97
6 - Amortização da Dívida	425.435	646.045	529.545	(116.500)	124,47	81,97
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>289.157</b>	<b>657</b>	-	<b>(657)</b>	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>35.590.406</b>	<b>43.128.273</b>	<b>39.299.363</b>	<b>(3.828.910)</b>	<b>110,42</b>	<b>91,12</b>
<b>Superávit</b>	-	-	<b>623.971</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>35.590.406</b>	<b>43.128.273</b>	<b>39.923.334</b>	<b>(3.204.939)</b>	<b>112,17</b>	<b>92,57</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AH – Análise Horizontal (Despesa Realizada/Crédito Inicial e Despesa Realizada/Crédito Autorizado);

2) Para formação do FUNDEB.



Conforme Tabela 2, o balanço orçamentário evidencia na parte das receitas orçamentárias, os valores previstos para a arrecadação dispostos na Lei Orçamentária, bem como a previsão atualizada da receita, que é efetuada somente no caso de não haver previsão para alguma receita que venha a ser arrecadada, e o valor efetivamente arrecadado, e também a diferença entre a arrecadação e a previsão atualizada no exercício financeiro.

E para as despesas orçamentárias, os valores fixados no orçamento, os créditos autorizados, nos quais são sensibilizados os valores das alterações orçamentárias, e também as despesas efetivamente executadas em 2008.

Verifica-se, ainda, que a arrecadação das receitas correntes atingiu o percentual de 118% da previsão inicial e 115% da previsão atualizada, destacando-se positivamente o desempenho das receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, entretanto, as receitas de agropecuária e industrial ficaram aquém do montante estimado.

Na rubrica das receitas de capital a arrecadação ficou abaixo dos 50% com exceção das receitas com amortização de empréstimos que arrecadaram 5,2% acima do previsto.

A seguir, está demonstrada a efetiva execução dos recursos previstos e fixados no orçamento para o exercício de 2008.



### 3.1 – Receita Orçamentária Fiscal

Tabela 3 – Comparativo da Arrecadação Orçamentária da Receita Fiscal  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Categoria Econômica/Origem	R\$ milhares				
	2007	AV % (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>34.664.825</b>	<b>106,23</b>	<b>42.378.960</b>	<b>106,15</b>	<b>22,25</b>
11 - Receita Tributária	22.662.309	69,45	27.040.370	67,73	19,32
ICMS	18.972.268	58,14	22.541.992	56,46	18,82
IPVA	1.588.074	4,87	1.838.621	4,61	15,78
IRRF	1.041.496	3,19	1.388.427	3,48	33,31
ITCD	125.997	0,39	170.413	0,43	35,25
Taxas	934.475	2,86	1.100.917	2,76	17,81
12 - Receita de Contribuições	2.588.072	7,93	2.755.893	6,90	6,48
13 - Receita Patrimonial	1.597.479	4,90	1.816.220	4,55	13,69
14 - Receita Agropecuária	4.717	0,01	5.524	0,01	17,11
15 - Receita Industrial	107.870	0,33	91.425	0,23	(15,25)
16 - Receita de Serviços	361.946	1,11	474.011	1,19	30,96
17 - Transferências Correntes	6.619.524	20,28	8.530.938	21,37	28,88
Da União	3.865.560	11,85	4.772.428	11,95	23,46
Multigovernamentais	2.596.670	7,96	3.545.131	8,88	36,53
Demais Transferências	157.264	0,48	213.379	0,53	35,68
19 - Outras Receitas Correntes	722.908	2,22	1.664.578	4,17	130,26
<b>Receitas de Capital</b>	<b>807.736</b>	<b>2,48</b>	<b>1.385.751</b>	<b>3,47</b>	<b>71,56</b>
21 - Operações de Crédito	196.302	0,60	556.258	1,39	183,37
22 - Alienação de Bens	33.445	0,10	39.925	0,10	19,38
23 - Amortização de Empréstimos	377.703	1,16	480.430	1,20	27,20
24 - Transferências de Capital	169.589	0,52	282.216	0,71	66,41
25 - Outras Receitas de Capital	30.696	0,09	26.923	0,07	(12,29)
<b>Deduções da Receita Corrente</b>	<b>(2.839.310)</b>	<b>(8,70)</b>	<b>(3.841.377)</b>	<b>(9,62)</b>	<b>35,29</b>
<b>Total da Receita Fiscal</b>	<b>32.633.250</b>	<b>100,00</b>	<b>39.923.334</b>	<b>100,00</b>	<b>22,34</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

A receita orçamentária fiscal arrecadada em 2008 atingiu o montante de R\$ 39,923 bilhões, correspondendo à variação positiva nominal de 22,3%, R\$ 7,290 bilhões, se comparada a igual período do exercício anterior, descontada a cota-parte para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no valor foi de R\$ 3,841 bilhões. Ficando as Receitas de Capital com participação do total de 3,5%.

#### 3.1.1 – Receitas Correntes

A arrecadação líquida das receitas correntes alcançou a cifra de R\$ 38,538 bilhões, deste montante destacam-se a participação relevante das Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais e Transferências Correntes, que no conjunto totalizaram 83,8% do total da categoria corrente.



Tabela 4 – Comparativo da Arrecadação das Receitas Correntes  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Categoria Econômica/Origem	2007	AV % (1)	2008	R\$ milhares	
				AV % (1)	AH % (2)
Receita Tributária	22.662.309	69,45	27.040.370	67,73	19,32
Receita de Contribuições	2.588.072	7,93	2.755.893	6,90	6,48
Receita Patrimonial	1.597.479	4,90	1.816.220	4,55	13,69
Receita Agropecuária	4.717	0,01	5.524	0,01	17,11
Receita Industrial	107.870	0,33	91.425	0,23	(15,25)
Receita de Serviços	361.946	1,11	474.011	1,19	30,96
Transferências Correntes	6.619.524	20,28	8.530.938	21,37	28,88
Outras Receitas Correntes	722.908	2,22	1.664.578	4,17	130,26

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Na Tabela 5, visualiza-se a composição da receita tributária líquida, que excluídas as deduções para a formação do FUNDEB e as transferências constitucionais aos Municípios, apresentou uma variação nominal positiva de 17,3% em relação ao exercício anterior, representando um crescimento de R\$ 2,545 bilhões.

Tabela 5 – Comparativo da Receita Orçamentária Tributária Líquida  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Origem	2007	AV % (1)	2008	R\$ milhares	
				AV % (1)	AH % (2)
<b>IRRF</b>	<b>1.041.496</b>	<b>7,09</b>	<b>1.388.427</b>	<b>8,05</b>	<b>33,31</b>
<b>IPVA</b>	<b>738.073</b>	<b>5,02</b>	<b>800.022</b>	<b>4,64</b>	<b>8,39</b>
Arrecadado	1.588.038	10,80	1.838.621	10,66	15,78
Cota-parte dos Municípios	796.892	5,42	916.437	5,31	15,00
Cota-parte do Estado p/ FUNDEB	53.073	0,36	122.161	0,71	130,18
<b>ITCD</b>	<b>125.987</b>	<b>0,86</b>	<b>147.697</b>	<b>0,86</b>	<b>17,23</b>
Arrecadado	117.596	0,80	170.413	0,99	44,91
Cota-parte do Estado p/ FUNDEB	8.391	0,06	22.716	0,13	170,72
<b>ICMS</b>	<b>11.859.159</b>	<b>80,68</b>	<b>13.807.534</b>	<b>80,07</b>	<b>16,43</b>
Arrecadado	18.973.137	129,07	22.541.992	130,72	18,81
Cota-parte dos Municípios	4.743.284	32,27	5.635.498	32,68	18,81
Cota-parte do Estado p/ FUNDEB	2.370.693	16,13	3.098.960	17,97	30,72
<b>Taxas</b>	<b>934.659</b>	<b>6,36</b>	<b>1.100.917</b>	<b>6,38</b>	<b>17,79</b>
<b>Total Arrecadado Líquido (3)</b>	<b>14.699.373</b>	<b>100,00</b>	<b>17.244.597</b>	<b>100,00</b>	<b>17,32</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007);

3) Valor líquido, descontadas as deduções para o FUNDEB e as Transferências aos Municípios.

O ICMS é a receita de maior importância orçamentária de competência dos Estados, sua arrecadação bruta, sem os acréscimos dos encargos moratórios e dívida ativa, atingiu em 2008 o montante de R\$ 22,542 bilhões, acréscimo de 18,8% quando comparado ao exercício anterior.

Os recursos oriundos do ICMS responderam por 83,4% da arrecadação total das receitas tributárias brutas, conforme Gráfico 3.

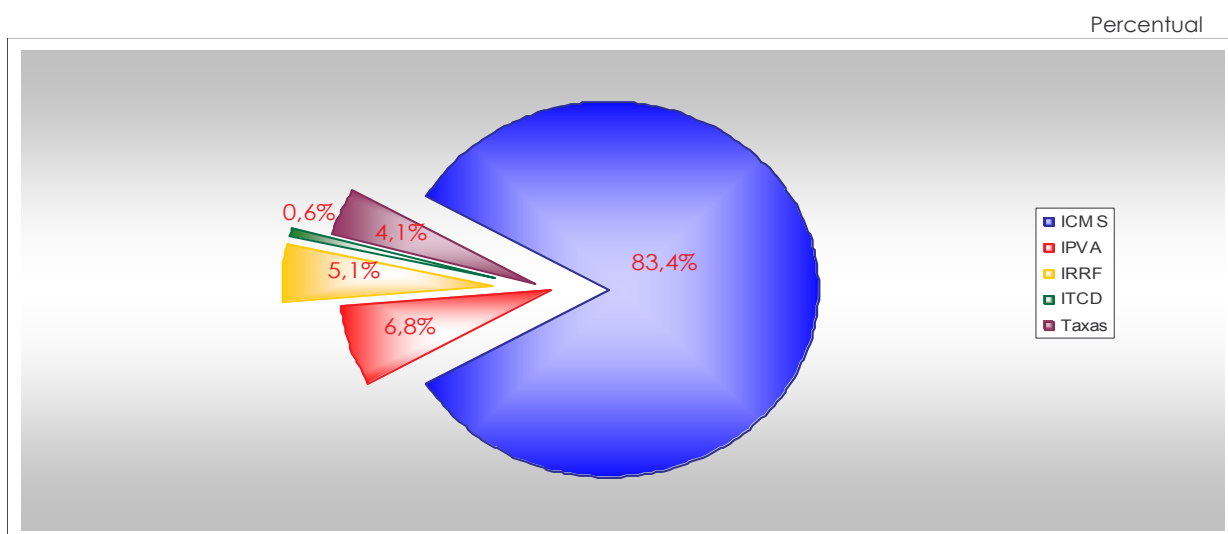


Gráfico 3 – Receitas Tributárias – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG

No Gráfico 4, é demonstrada a comparação da arrecadação do ICMS neste exercício em relação ao exercício anterior. Observa-se uma variação positiva expressiva nos meses de fevereiro e março, de 27,7% e 28,7%, respectivamente, permanecendo em torno de 20% até outubro e caiu bruscamente para 13,8% em novembro e continuou em queda no mês de dezembro, quando a variação relativa positiva foi de 3,2%. Cabe ressaltar que em setembro o ICMS atingiu a maior arrecadação do exercício no montante de R\$ 2,031 bilhões. Em dezembro foi de R\$ 1,804 bilhão em 2008 e de R\$ 1,749 no exercício anterior.

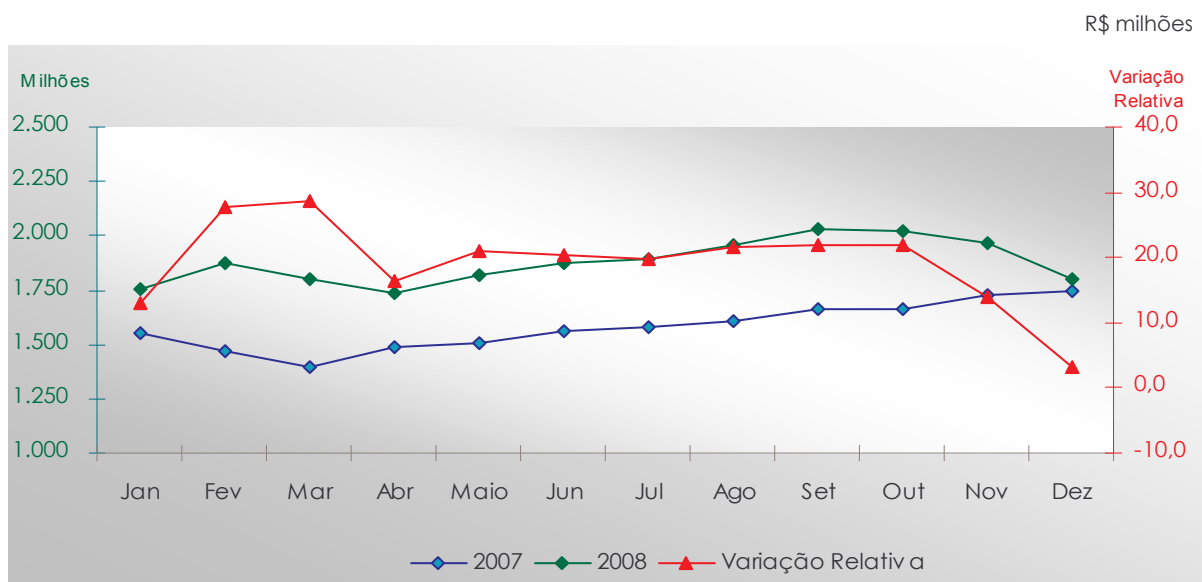


Gráfico 4 – Comparativo Mensal da Arrecadação do ICMS – Estado de Minas Gerais – 2007/2008  
Fonte: SIAFI – MG

Em análise aos demonstrativos da Arrecadação da Receita de ICMS por Produto, regime de caixa, disponibilizados na página da SEF, pela Divisão de Tratamento da Informação –

DTI/DINF/SAIF/SRE/SEF-MG, pode-se inferir que as elevadas variações relativas observadas nos meses de fevereiro e março de 2008, justificam-se pelas arrecadações de notificação de substituição tributária; substituição tributária antecipada; siderurgia, agropecuária/outros; Medicamentos; ICMS cimento; do Leite e derivados.

As maiores variações nominais corresponderam especificamente ao ICMS comércio; do ICMS – simples nacional; combustíveis e lubrificantes e de energia elétrica.

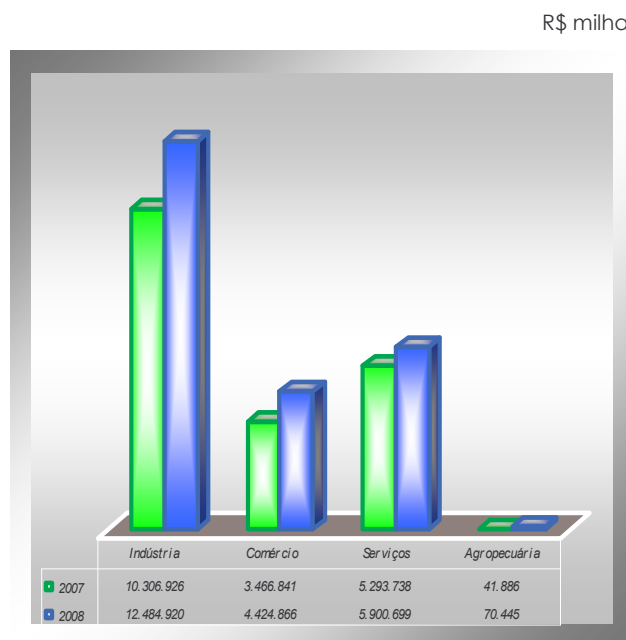


Gráfico 5 – ICMS por Setor Econômico – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG

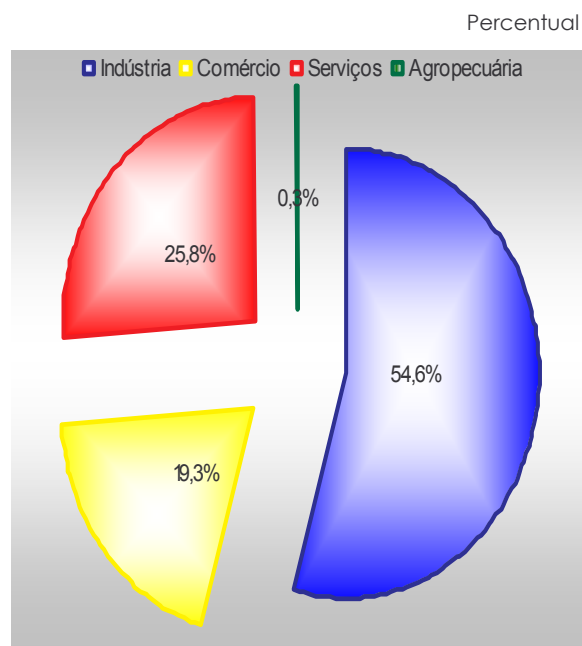


Gráfico 6 – ICMS por Setor Econômico – Estado de Minas Gerais – 2008

Fonte: SIAFI – MG

E ainda, segundo a mesma fonte, a maior arrecadação se deu na atividade de Produção de Combustíveis, representando 16,9%, seguida por Serviços de Comunicação com 10,4%, Comércio Atacadista 9,9%, Distribuição de Energia Elétrica 9,8% e Comércio Varejista com 9,4%.

Quanto ao grupo dos impostos - IPVA, IRRF e ITCD, o mesmo apresentou um crescimento de 23,7%, sendo R\$ 3,397 bilhões em 2008 e R\$ 2,747 bilhões em 2007. Após uma arrecadação expressiva no início do exercício, principalmente no mês de janeiro/2008 quando a arrecadação suplantou R\$ 900 milhões e em fevereiro e março que ficou na média de R\$ 390 milhões, devido principalmente à receita do IPVA, que tem como seu principal período arrecadatório o 1º trimestre do exercício. No restante do período analisado a arrecadação ficou na média de R\$ 180 milhões.

As taxas arrecadadas representaram o montante de R\$ 1,101 bilhão em 2008, com crescimento de 17,8% em relação ao exercício anterior. Destacou-se a taxa de fiscalização



judiciária – Lei 15.424/2004 com arrecadação de R\$ 201 milhões e a taxa de segurança pública com R\$ 565 milhões. Esta representou 51,3% do total arrecadado com as taxas, sendo, R\$ 336 milhões pela Polícia Civil e R\$ 219 milhões referentes à taxa de renovação de licenciamento anual de veículos.

Quanto à taxa de expediente, a arrecadação caiu de R\$ 23 bilhões em 2007 para R\$ 14 bilhões em 2008. Segundo informação da Diretoria de Cadastro, Arrecadação e Cobrança – DICAC/SAIF/SRE, tal fato ocorreu devido à isenção da cobrança desse tributo para fornecimento de certidões negativas, em média foram expedidas 3.000/dia, bem como, para todas as solicitações quando requeridas pelas micro e pequenas empresas.

As receitas de contribuições apresentaram variação positiva de 6,5% em relação ao exercício anterior, bem inferior aos 11,82%<sup>6</sup> do exercício de 2006 para 2007, cujo índice fora influenciado pelo reajuste do piso da carreira do Magistério, das carreiras da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Agente de Segurança Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo, a partir de setembro de 2007, bem como pelo ingresso de novos Servidores.

Dos R\$ 2,756 bilhões arrecadados, neste exercício, R\$ 1,018 bilhão foram referentes à contribuição patronal para a previdência e R\$ 260 milhões para a assistência à saúde do servidor.

Tabela 6 – Comparativo da Receita Patrimonial  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Receita Imobiliária	18.646	17.029	0,94	(8,67)
Receitas de Valores Mobiliários	882.288	994.216	54,74	12,69
Receitas de Concessões e Permissões	600.281	798.711	43,98	33,06
Outras Receitas Patrimoniais	96.263	6.264	0,34	(93,49)
<b>Total Arrecadado</b>	<b>1.597.479</b>	<b>1.816.220</b>	<b>100,00</b>	<b>13,69</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Na composição das receitas patrimoniais, conforme Tabela 6, observa-se um crescimento nominal de 13,7%. As receitas de Valores Mobiliários e de Concessões e Permissões constituíram 98,7% do total da origem. As receitas de Valores Mobiliários R\$ 622 milhões decorrem de remuneração de depósitos bancários e R\$ 283 milhões referem-se a dividendos do BDMG, CEMIG, COPASA e outros. Das receitas de Concessões e Permissões R\$ 798 milhões são recursos referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de servidores públicos, contratadas pelos poderes Executivo e Judiciário, respectivamente para o Banco do Brasil e Banco Itaú.

<sup>6</sup> Relatório Contábil/2007, pág. 14 – Tabela nº. 7 – Composição da Receita de Contribuição.



As receitas agropecuárias, industriais e as de serviços somaram uma arrecadação próxima de R\$ 570 milhões, o que representou pouco mais de 1% do total da arrecadação da receita orçamentária fiscal. Embora a representatividade seja ínfima, ressalta-se que dentre as receitas de serviços, as decorrentes de juros de empréstimos foram no valor de R\$ 132 milhões e as de serviços hospitalares de R\$ 198 milhões.

Destacam-se ainda as transferências correntes que totalizaram a cifra de R\$ 8,531 bilhões, ou seja, 21,4% da receita orçamentária fiscal, representadas por recursos recebidos da União, os Multigovernamentais e os das Demais Transferências que participaram com o percentual de 55,9%, 44,6% e 2,5%, respectivamente, do total das transferências, incluídas as parcelas a serem entregues para o FUNDEB.

Tabela 7 – Comparativo da Arrecadação das Transferências Correntes  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Categoria Econômica/Origem	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
<b>Da União</b>	<b>3.865.560</b>	<b>4.772.428</b>	55,94	23,46
FPE	1.710.330	2.091.738	24,52	22,30
IPI	366.925	431.346	5,06	17,56
CIDE	202.941	175.817	2,06	(13,37)
Compensação Financ. p/Utilização de Recursos	197.033	232.809	2,73	18,16
SUS	740.786	937.158	10,99	26,51
FNDE	329.877	359.928	4,22	9,11
Lei Kandir	188.723	188.723	2,21	-
Demais Transferências da União	128.946	354.909	4,16	175,24
<b>Multigovernamentais</b>	<b>2.596.670</b>	<b>3.545.131</b>	41,56	36,53
<b>Demais Transferências</b>	<b>157.264</b>	<b>213.379</b>	2,50	35,68
<b>Total</b>	<b>6.619.524</b>	<b>8.530.938</b>	<b>100,00</b>	<b>28,88</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Quanto às transferências recebidas da União, conforme Tabela 7, foram constituídas, principalmente, pelos recebimentos dos recursos do FPE com R\$ 2,092 bilhões, seguidas pelas do Sistema Único de Saúde – SUS, R\$ 937 milhões e a do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação de R\$ 360 milhões, destes, destacando-se a Quota Parte Estadual do Salário Educação - QESE com R\$ 248 milhões.

As outras receitas correntes no valor de R\$ 1,665 bilhão representaram 4,2% da receita orçamentária fiscal, conforme Tabela 3, e auferiu um crescimento de 130,3% em relação ao exercício anterior, sendo que, dentro da própria categoria, sua participação foi de 3,9%, vide Tabela 4.

Dessa origem, destacaram-se as receitas de multas e juros de mora no valor de R\$ 653 milhões; a receita da dívida ativa com R\$ 695 milhões e receitas diversas com R\$ 240 milhões.



Do montante das receitas de multas e juros de mora, os valores de maior relevância foram das multas e juros de mora dos tributos com R\$ 309 milhões, destes, R\$ 230 milhões se referiram ao ICMS. Ainda, dentro das multas e juros de mora deve-se ressaltar a arrecadação com outras multas e juros de mora da dívida ativa de outras receitas no valor de R\$ 180 milhões e as multas de outras origens com R\$ 164 milhões, destas, as multas previstas na legislação de trânsito – Lei Federal nº. 9503/97 foram representadas pelo valor de R\$ 77 milhões.

Da dívida ativa arrecadada, a tributária totalizou R\$ 614 milhões, ao passo que no exercício anterior foi de R\$ 147 milhões, representando um crescimento de 319,6% neste exercício, variação ocorrida devido, principalmente, ao Programa de Parcelamento Especial de Crédito Tributário relativo ao ICMS, Decreto Estadual nº. 44.695/2007.

### 3.1.2 – Receitas de Capital

As receitas de capital no montante de R\$ 1,386 bilhão representaram 3,5% da arrecadação da receita orçamentária fiscal e apresentaram um crescimento de 71,6% em relação ao exercício anterior.

Tabela 8 – Comparativo da Arrecadação Orçamentária da Receita de Capital  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Origem	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Operações de Crédito	196.302	556.258	40,14	183,37
Alienação de Bens	33.445	39.925	2,88	19,38
Amortização de Empréstimos	377.703	480.430	34,67	27,20
Transferências de Capital	169.589	282.216	20,37	66,41
Outras Receitas de Capital	30.696	26.923	1,94	(12,29)
<b>Total</b>	<b>807.736</b>	<b>1.385.751</b>	<b>100,00</b>	<b>71,56</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Os recursos oriundos das operações de crédito apresentaram uma variação positiva de 183,4% em relação ao ano de 2007, em valores nominais, ocasionada, principalmente, pela liberação da primeira parcela do empréstimo junto ao Banco Mundial – BIRD, de R\$ 386 milhões, para financiar investimentos do Governo do Estado de Minas Gerais em programas nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura e controle fiscal.

Os recursos diretamente arrecadados, relativos à amortização de financiamentos de Projetos, compõem-se parte de registros efetuados pelo Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento – FINDES – criado pela Lei Estadual nº. 15.981, de 16 de janeiro de 2006, e tem por objetivo precípuo o de dar suporte financeiro a programas de financiamento



destinados ao desenvolvimento e à expansão do parque industrial mineiro e das atividades produtivas e de serviços nele integradas – no valor de R\$ 245 milhões, ou seja, 51% da composição desta receita, seguido pelo Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – FUNDESE – criado com o objetivo de dar suporte financeiro a programas de fomento e desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas e de cooperativas localizadas no Estado de Minas Gerais – com R\$150 milhões, com participação de 31% do total desta rubrica.

Finalizando a análise da Receita Orçamentária Fiscal, ressalta-se que do total das Transferências de Capital, 66% da arrecadação são referentes a Convênios, Acordos e Ajustes concentrados, especificamente na Fundação Rural Mineira – RURALMINAS com R\$ 106 milhões, na Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP com R\$ 39 milhões e no Fundo Estadual de Saúde – FES com R\$ 31 milhões.

### **3.2 – Despesa Orçamentária Fiscal**

A despesa orçamentária fiscal realizada pelo Estado de Minas Gerais, no exercício de 2008, totalizou R\$ 39,299 bilhões, com incremento nominal de 21,1% se comparado ao exercício anterior.

#### **3.2.1 – Despesas Correntes**

A categoria da despesa corrente apresentou uma redução, passando de 87,3% em 2007 para 85,3% em 2008. Verifica-se na Tabela 9 que os grupos de Outras Despesas Correntes e o de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram crescimentos nominais significativos da ordem de R\$ 2,460 bilhões e R\$ 2,406 bilhões, respectivamente, correspondendo a 70,1% da variação nominal da despesa orçamentária fiscal.

Em 2008, a Lei Estadual nº. 17.600, de 1º de julho de 2008, instituiu o Acordo de Resultados que criou o pagamento por prêmio de produtividade aos servidores da Administração Pública Estadual e foi um dos fatores que contribuíram para o incremento apontado no grupo relativo aos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

No exercício em questão, o Estado apurou uma despesa bruta de pessoal no montante de R\$ 17,053 bilhões, sendo, R\$ 16,675 bilhões registrados no grupo 1 e R\$ 378 milhões relativo a outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização registrados no grupo 3, assim distribuídos: Pessoal Ativo o dispêndio foi de R\$ 11,427 bilhões; Inativos R\$ 5,089 bilhões e Pensões R\$ 159 milhões. Ressalte-se que os valores registrados em outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, a partir do exercício de 2009, passarão a figurar no grupo 1.



Para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a apuração do índice de pessoal encontra-se detalhada às páginas 56 e 57 (Capítulo Indicadores Fiscais – Despesa Pessoal) deste relatório.

Tabela 9 – Comparativo da Execução Orçamentária da Despesa  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Categoria Econômica/Grupo Despesa	R\$ milhares				
	2007	AV% (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>28.327.247</b>	<b>87,31</b>	<b>33.601.586</b>	<b>85,50</b>	<b>18,62</b>
1-Pessoal e Encargos Sociais	14.268.355	43,98	16.674.559	42,43	16,86
2-Juros e Encargos da Dívida	2.136.270	6,58	2.544.019	6,47	19,09
3-Outras Despesas Correntes	11.922.622	36,75	14.383.008	36,60	20,64
<b>Despesas de Capital</b>	<b>4.115.901</b>	<b>12,69</b>	<b>5.697.776</b>	<b>14,50</b>	<b>38,43</b>
4-Investimentos	2.820.705	8,69	3.725.666	9,48	32,08
5-Inversões Financeiras	829.360	2,56	1.442.566	3,67	73,94
6-Amortização da Dívida	465.837	1,44	529.545	1,35	13,68
<b>Total</b>	<b>32.443.148</b>	<b>100,00</b>	<b>39.299.363</b>	<b>100,00</b>	<b>21,13</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

As despesas realizadas com pagamento de Juros e Encargos da Dívida Pública totalizaram, no exercício de 2008, o montante de R\$ 2,5 bilhões, superior em 19,1%, em valores nominais, ao despendido no exercício anterior. Esse acréscimo deveu-se ao aumento obtido na receita líquida real do Estado, que é a base para aplicação do percentual de 13% relativos ao pagamento dos contratos de refinanciamento da dívida interna ao amparo da Lei Federal nº. 9.496/97.

Nas Outras Despesas Correntes, os elementos destacados na Tabela 10, representaram 82% da execução do grupo.

Tabela 10 – Comparativo das Outras Despesas Correntes por Elemento  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Código	Elemento/Descrição	R\$ milhares			
		2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
3	Pensões	1.091.287	1.277.225	8,88	17,04
30	Material de Consumo	665.544	818.822	5,69	23,03
39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.109.303	2.698.460	18,76	27,93
81	Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	5.796.718	6.946.109	48,29	19,83
	Demais Elementos	2.259.770	2.642.392	18,37	16,93
<b>Total</b>		<b>11.922.622</b>	<b>14.383.008</b>	<b>100,00</b>	<b>20,64</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Dentre os elementos de despesas demonstrados na Tabela 10, cabem as seguintes observações:

- o A Distribuição Constitucional: foi executada em sua totalidade pela Secretaria de Fazenda – Encargos Gerais do Estado, e seu crescimento significativo acompanhou o



aumento da Receita Tributária e das Transferências Constitucionais recebidas da União.

- o Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: grande parte da execução decorreu de serviços de saúde com recursos do SUS, serviços médicos odontológicos e laboratoriais, serviços de informática, locação de serviços técnicos especializados e fornecimento de alimentação, que juntos totalizaram a cifra de R\$ 1,777 bilhão.
- o Material de Consumo: R\$ 378 milhões, ou seja, 51% referem-se às aquisições de medicamentos pelo Fundo Estadual de Saúde, executados principalmente nos projetos atividades medicamentos básicos, excepcionais e estratégicos pelo FES.

### 3.2.2 – Despesas de Capital

Tabela 11 – Comparativo da Execução Orçamentária da Despesa de Capital  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Categoria Econômica/Grupo Despesa	R\$ milhares				
	2007	AV% (1)	2008	AV % (1)	AH % (2)
Despesas de Capital	4.115.901	12,69	5.697.776	14,50	38,43
4-Investimentos	2.820.705	8,69	3.725.666	9,48	32,08
5-Inversões Financeiras	829.360	2,56	1.442.566	3,67	73,94
6-Amortização da Dívida	465.837	1,44	529.545	1,35	13,68
<b>Total</b>	<b>32.443.148</b>	<b>100,00</b>	<b>39.299.363</b>	<b>100,00</b>	<b>21,13</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

No contexto das despesas orçamentárias de capital, as mesmas tiveram participação em 14,5% do total executado em 2008, sendo aproximadamente 10% com despesas relativas ao grupo de investimentos, conforme Tabela 11.

Do valor apurado no grupo de investimentos, 95,5% foram referentes aos seguintes elementos de despesas: Auxílios, Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, com R\$ 1,102 bilhão, R\$ 1,950 bilhão e R\$ 582 milhões, respectivamente.

Destaca-se que do valor executado nos elementos acima, R\$ 1,255 bilhão, ou seja, 35,3% foram diluídos nos projetos atividades referentes à Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte, Recuperação de Rodovias, Apoio aos Municípios em Obras de Infraestrutura, Melhoria da Infraestrutura Física, Mobiliário e Equipamentos Escolares – Ensino Fundamental, Elaboração e Implantação de Projetos de Obras Hidráulicas e de Irrigação e Conservação de Rodovias Estaduais e Federais Delegadas.

Nota-se, porém, na Tabela 11, que a maior variação, em relação ao exercício anterior, ficou por conta do grupo de Inversões Financeiras, com 73,9%, embora tenha representado



somente 3,7% da execução orçamentária total, o que denota um crescimento de 20,6% em relação ao exercício anterior. Fato ocorrido, principalmente, pela execução de concessão de empréstimos e financiamentos com R\$ 1,061 bilhão nos fundos: Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais - FAHMEMG com o montante de R\$ 476 milhões; Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - FINDES com R\$ 378 milhões e Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – FUNDESE com R\$ 144 milhões.

Nos demais elementos, que totalizaram R\$ 381 milhões, destacaram-se a aquisição de títulos de crédito com R\$ 107 milhões, realizados pelo Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação – FUNDOMIC; R\$ 65 milhões pelas Transferências do Estado às Empresas e R\$ 79 milhões pelo Fundo Estadual de Habitação – FEH.

Quanto às Amortizações da Dívida, sua realização representou apenas 1,3% do total da despesa orçamentária fiscal, ou seja, R\$ 530 milhões, com variação nominal de 13,7% provocada pelo maior ônus que a dívida em moeda estrangeira passou a representar devido à desvalorização do real.

A seguir são destacadas as despesas realizadas com Projetos Estruturadores.

### 3.2.3 – Despesas com Projetos Estruturadores

A fim de se atingir o objetivo, “Minas: O Melhor Estado para Se Viver”, o estado previu para o exercício de 2008, o montante de R\$ 4,153 bilhões de aplicação, distribuídos em 57 Projetos Estruturadores, evidenciados mais adiante, representando um incremento de 35,7% em relação ao exercício de 2007, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Comparativo Orçamentário por Tipos de Projetos  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares		
	2007	2008	AH % (1)
Crédito Inicial	3.060.344	4.152.991	35,70
Crédito Autorizado	3.266.713	4.842.051	48,22
Despesa Realizada	2.709.852	4.092.801	51,03

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1)AH – Análise Horizontal (2008/2007).

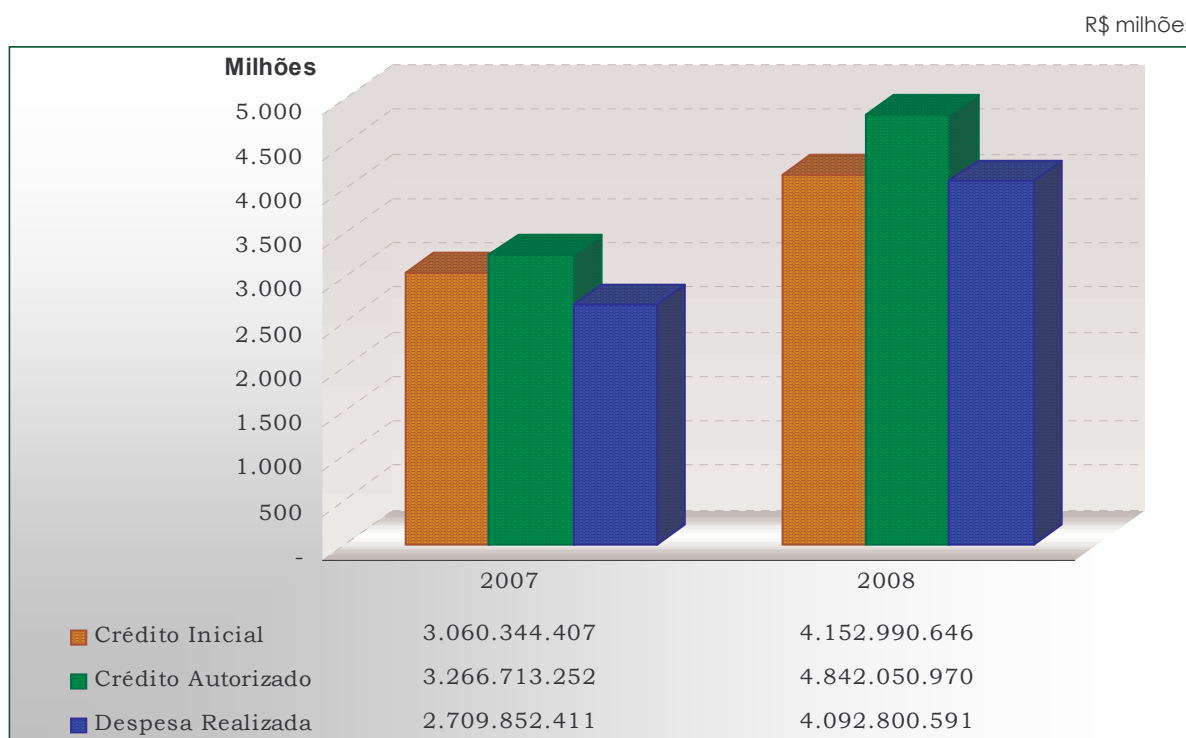


Gráfico 7 – Tipos de Projetos – Estado de Minas Gerais – 2007/2008  
Fonte: SIAFI – MG

Pela Tabela 12, pode-se comprovar a concretização da prioridade, dada pelo Executivo na Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2008, para com o investimento nos projetos estruturadores, os quais foram definidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2008-2011. No qual busca a execução dos projetos estruturadores que tem como objetivo garantir uma melhora contínua no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Minas Gerais, além de, também, manter a consolidação dos avanços alcançados desde 2003, com o êxito do Choque de Gestão que envolveu um leque de atitudes no sentido de que o Estado que gaste menos com a máquina administrativa e mais com o cidadão, buscando um novo modelo de administração, a manutenção do equilíbrio fiscal e a qualidade do gasto, o Estado para Resultados. Este visa a garantir à população serviços públicos com alta qualidade, máximo índice de cobertura e aos menores custos. Os destinatários das políticas públicas foram organizados em cinco eixos estratégicos:

- Pessoas instruídas, qualificadas e saudáveis;
- Jovens protagonistas;
- Empresas dinâmicas e inovadoras;
- Cidades seguras e bem cuidadas;
- Equidade entre pessoas e regiões.



A partir dos 5 acima, foram definidas 11 Áreas de Resultados que estão descritas abaixo com o seus principais objetivos:

1. *Educação de Qualidade: melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio, e contribuir para o aprimoramento da pré-escola.*
2. *Protagonismo Juvenil: aumentar o percentual de jovens que concluem o ensino médio e ampliar as suas oportunidades de inclusão produtiva.*
3. *Investimento e Valor Agregado da Produção: ampliar o volume anual de investimentos produtivos - privados, públicos ou em parcerias - e qualificar a mão-de-obra em parceria com o setor privado.*
4. *Inovação, Tecnologia e Qualidade: induzir uma agenda de inovação visando ao aprimoramento do que se tem e ao atingimento do que ainda não se tem, definida juntamente com os stakeholders relevantes, aí incluídos o setor produtivo, universidades e centros de pesquisa.*
5. *Desenvolvimento do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce: aumentar o volume de investimentos privados nestas regiões, por meio da atração de capitais produtivos, e da melhoria da infra-estrutura, da educação, da qualificação para o trabalho e das condições de saúde e saneamento.*
6. *Logística de Integração e Desenvolvimento: expandir o percentual da malha rodoviária estadual em condições boas de conservação, otimizando custos e resultados, concluir o PROACESSO e construir, em conjunto com a União e demais Estados, uma solução para a malha federal.*
7. *Rede de Cidades e Serviços: ampliar o número de municípios com Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) adequado, provendo, sob a ótica de uma rede hierarquizada e interconectada entre as diversas áreas, serviços públicos e privados de qualidade.*
8. *Vida Saudável: universalizar a atenção primária de saúde para a população, reduzir a mortalidade materno infantil, ampliar a longevidade e melhorar o atendimento da população adulta com doenças cardiovasculares e diabetes, e ampliar significativamente o acesso ao saneamento básico.*
9. *Defesa Social: reduzir de forma sustentável a violência no Estado, com a integração definitiva das organizações policiais, enfatizando as ações de inteligência, a ampliação das medidas preventivas e a modernização do sistema prisional.*
10. *Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva: minimizar o percentual de pobres em relação à população total, com medidas regionalmente integradas e com intensificação de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação e saneamento.*



11. *Qualidade Ambiental: aumentar o Índice de Qualidade da Água (IQA) do Rio das Velhas, consolidar a gestão das bacias hidrográficas, conservar o Cerrado e recuperar a Mata Atlântica, ampliar o tratamento de resíduos sólidos e tornar mais ágil e efetivo o licenciamento ambiental.*

Em percentual



Gráfico 8 – Execução dos Projetos Estruturadores – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG

Do valor global executado em projetos estruturadores, pelo Gráfico 8, verifica-se a maior destinação dos recursos ao projeto estruturador: Regionalização – Urgência e Emergência, com 24,1% dos recursos, ou seja, R\$ 987 milhões, este projeto compõe a cesta relacionada à área de resultado “Vida Saudável”, concentrado no Fundo Estadual de Saúde com maior despesa registrada na Assistência Hospitalar e Ambulatorial/Programação Pactuada Integrada no valor de R\$ 755 milhões; seguido pelo Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do Sistema Único de Saúde - PRO-HOSP, R\$ 94 milhões; Sistema Estadual e Transporte Sanitário – SETS, R\$ 74 milhões; Rede de Urgência e Emergência, R\$ 56 milhões e Sistema Estadual de Regulação e Gestão em Saúde com R\$ 7 milhões.

E seguida, o PROACESSO com 15,8% da execução, no montante de R\$ 649 milhões, este ligado à “Rede de Cidade e Serviços”, destacou-se os dispêndios com Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte no montante de R\$ 553 milhões; Melhoria de Ligações e Acessos em Rodovias do Vale do Rio Doce, R\$ 85 milhões e Melhoria de Acesso aos Parques R\$ 10 milhões.



É relevante ressaltar que ao final do exercício apurou-se uma execução no valor de R\$ 4,093 bilhões, representando 98,6% do Crédito Inicial e variação positiva de 51,0% em relação ao exercício anterior.

Na Tabela nº. 13 são demonstrados os créditos orçamentários destinados aos programas que integram os projetos estruturadores, bem como o montante da despesa aplicado nos mesmos.



Tabela 13 – Demonstrativo da Execução dos Projetos Estruturadores  
Estado de Minas Gerais – 2008

Cód	Programa – Descrição	Crédito Inicial	Despesa Realizada	R\$ milhares	
				AV % (1)	AH % (2)
44	Regionalização - Urgência e Emergência	744.034	987.261	24,12	132,69
35	PROACESSO	894.583	648.560	15,85	72,50
40	Promoção e Atração de Invest. Est. e Desenv. das Cadeias Produtivas das Empresas-Âncoras	476.042	382.876	9,35	80,43
21	Gestão Integ. de Ações e Inf. de Defesa Social	269.950	272.505	6,66	100,95
30	Novos Padrões de Gest. Atend. da Ed. Básica	141.395	241.080	5,89	170,50
38	PROMG	222.657	206.585	5,05	92,78
20	Expansão e Modernização do Sist. Prisional	105.347	129.675	3,17	123,09
25	Lares GERAES	136.329	115.050	2,81	84,39
49	Saúde em Casa	136.000	104.813	2,56	77,07
47	RMBH	98.922	98.905	2,42	99,98
57	Prog. Aum. Capac. Seg. Corred. Transporte	4.000	83.235	2,03	2.080,88
10	Conserv. do Cerrado e Rec. da Mata Atlântica	59.092	65.748	1,61	111,26
4	Atendimento às Medidas Socioeducativas	78.423	60.957	1,49	77,73
18	Ensino Médio Profissionalizante	40.680	55.763	1,36	137,08
17	Eficiência Tributária e Simplificação	31.150	46.263	1,13	148,52
56	Potenc. Infraestrutura Logíst. Front.Agroindustrial	21.000	45.938	1,12	218,75
26	Minas Avança	3.864	45.669	1,12	1.181,91
3	Arranjos Produtivos em Biotecnologia, Biocombustíveis, Eletroeletrônicos e Softwares	33.327	35.526	0,87	106,60
54	Viva Vida	35.700	31.988	0,78	89,60
19	Escola em Tempo Integral	31.840	31.397	0,77	98,61
23	Implantação do SUAS	24.123	30.708	0,75	127,30
33	Poupança Jovem	33.915	29.765	0,73	87,76
36	Projeto Travessia	30.000	28.972	0,71	96,57
34	Prevenção Social da Criminalidade	32.983	27.085	0,66	82,12
37	PROMÉDIO	41.648	27.036	0,66	64,92
48	Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos	26.987	27.014	0,66	100,10
5	Aval. Qualid. Atuação Órgãos Defesa Social	23.617	23.691	0,58	100,31
43	Rede de Inovação Tecnológica	22.998	20.788	0,51	90,39
42	Rede de Form. Prof. Orientada pelo Mercado	27.295	20.274	0,50	74,28
16	Destinos Turísticos Estratégicos	11.150	19.750	0,48	177,13
27	Minas Olímpica	18.323	18.960	0,46	103,48
24	Inserção Comp. Emp. Min. Merc. Internacional	16.810	18.299	0,45	108,86
13	Descomplicar - Melhoria do Amb. de Negócios	21.300	14.323	0,35	67,24
50	Certifica Minas	12.091	13.027	0,32	107,74
51	Sist. de Aval. da Qual. do Ensino e das Escolas	7.500	9.402	0,23	125,36
46	Revitalização do Rio das Velhas - Meta 2010	3.060	9.269	0,23	302,91
22	Governo Eletrônico	5.999	8.560	0,21	142,69
11	Cons. da Gestão de Rec. Híd. em Bacias Hidro	8.114	7.697	0,19	94,86
8	Choques Setoriais de Gestão	6.847	7.292	0,18	106,50
28	Minas Sem Fome	11.470	7.154	0,17	62,37
45	Resíduos Sólidos	7.902	6.885	0,17	87,13
14	Desempenho e Qualificação de Professores	5.735	5.724	0,14	99,81
9	Circuitos Culturais de Minas Gerais	8.229	5.708	0,14	69,36
2	Ampliação da Profis. de Gestores Públicos	4.788	4.718	0,12	98,54
29	Modernização da Gestão Fiscal	13.790	4.395	0,11	31,87
32	Parcerias p/Provisão de Serv. de Inter. Público	2.830	2.181	0,05	77,07
15	Desenv. da Prod. Local e Acesso a Mercados	2.903	1.885	0,05	64,93
1	Aceleração da Aprendizagem Regiões	1.060	956	0,02	90,19
7	Centro da Juventude de Minas Gerais	6.000	739	0,02	12,32
39	Promoção de Invest. e Inserção Regional	993	331	0,01	33,33
6	Centro Administrativo	46.000	188	0,00	0,41
41	Qualidade e Produtividade do Gasto Setorial	2.100	140	0,00	6,67
55	Escola Viva e Comunidade Ativa	98	94	0,00	95,92
53	Vida no Vale - COPANOR	100.000	-	-	-
<b>Total</b>		<b>4.152.991</b>	<b>4.092.801</b>	<b>100,00</b>	<b>98,55</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).



Observa-se na Tabela 14 que o governo do Estado de Minas priorizou os gastos dos recursos orçamentários em Investimentos e Inversões Financeiras, totalizando a execução nestes grupos de R\$ 2,589 bilhões, em 2008, ou seja, 63,3% do total previstos com os projetos estruturadores visualizados no Gráfico 9.

Tabela 14 – Execução Orçamentária dos Projetos Estruturadores por Grupos de Despesas  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Grupos de Despesas	R\$ milhares		
	2007	2008	AH % (1)
3 - Outras Despesas Correntes	1.106.852	1.503.930	35,87
4 - Investimentos	1.446.199	2.070.832	43,19
5 - Inversões Financeiras	156.802	518.039	230,38
<b>Total</b>	<b>2.709.852</b>	<b>4.092.801</b>	<b>51,03</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

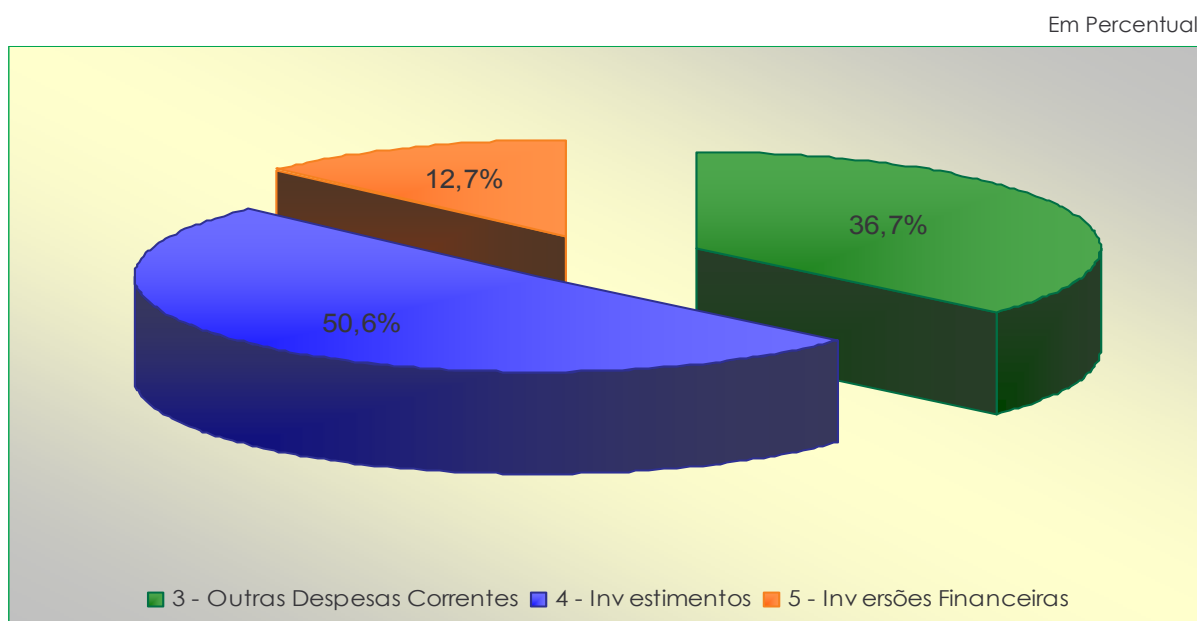


Gráfico 9 – Execução dos Projetos Estruturadores por Grupos de Despesas – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG



### 3.2.4 – Despesa Orçamentária por Fonte

Do montante da despesa de R\$ 39,299 bilhões, aplicado pelo Estado em 2008, R\$ 21,332 bilhões, ou seja, 54,3% foram oriundos de recursos ordinários do Tesouro Estadual, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Comparativo da Despesa Orçamentária por Fonte de Recurso  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte	Descrição	2007	2008	R\$ milhares	
				AV % (1)	AH % (2)
10	Recursos Ordinários	17.331.132	21.332.018	54,28	23,08
20	Recursos Constitucionais Vinculados aos Municípios	5.792.427	6.902.155	17,56	19,16
21	Cota Estadual do Salário Educação - QESE	209.626	258.362	0,66	23,25
22	Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus	547.623	732.937	1,87	33,84
23	Fundo de Manut. e Desenv. da Ed. Básica - FUNDEB	2.607.643	3.630.671	9,24	39,23
24	Convênios, Acordos e Ajustes	362.165	410.513	1,04	13,35
25	Operações de Crédito Contratuais	209.664	515.007	1,31	145,63
26	Taxa Florestal	36.781	48.662	0,12	32,30
27	Taxa de Segurança Pública	515.656	554.556	1,41	7,54
28	Taxa de Fiscalização Judiciária	155.602	151.756	0,39	(2,47)
29	Taxa de Expediente	22.092	21.602	0,05	(2,22)
30	Contribuição à Aposentadoria	45.753	50.079	0,13	9,46
31	Utilização de Recursos Hídricos	123.519	140.867	0,36	14,04
32	Exploração de Recursos Minerais	141.812	79.529	0,20	(43,92)
33	Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural	1.364	7.350	0,02	438,86
34	Notificação de Infração de Trânsito	63.437	81.302	0,21	28,16
35	Contribuição ao FUNDESE	16.989	0	-	-
36	Transferências de Recursos da União Vinc. à Educação	111.788	117.070	0,30	4,73
37	Transferências de Recursos da União Vinc. à Saúde	191.146	204.220	0,52	6,84
38	Transferências de Recursos da União Vinc. ao Esporte	4.759	7.655	0,02	60,85
39	Multas Pec. e Juros de Mora Fixados em Sent. Judiciais	353	982	0,00	178,19
40	Recursos Fundos Extintos - Lei nº. 13.848/2001	44.768	30.566	0,08	(31,72)
42	Contribuição Patronal para o FUNFIP	708.927	442.827	1,13	(37,54)
43	Contribuição do Servidor para o FUNFIP	751.997	560.918	1,43	(25,41)
45	Doações Pes., Instit. Priv. ou do Exterior Órgãos/Ent. Estado	10.501	10.524	0,03	0,22
47	Alienação de Bens de Entidades Estaduais	1.521	6.625	0,02	335,57
48	Alienação de Bens do Tesouro Estadual	24.897	1.956	0,00	(92,14)
49	Contrib. Patronal do Estado aos Instit. de Previdência	504.376	557.675	1,42	10,57
50	Contrib. do Servidor do Estado aos Inst. de Previdência	424.107	465.979	1,19	9,87
51	Contrib. de Interv. no Domínio Econ./Combustíveis - CIDE	187.259	188.516	0,48	0,67
52	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	6.852	9.782	0,02	42,76
53	Taxa de Incêndio	36.212	38.437	0,10	6,14
54	Taxa de Licenc. da Faixa de Domínio das Rodovias	23.439	23.364	0,06	(0,32)
55	Transf. Rec. dos Municípios Vinc. à Farmácia Básica - FES	9.499	8.842	0,02	(6,92)
56	Transferências de Rec. da União Vinc. à Assistência Social	0	272	0,00	0,00
59	Outros Recursos Vinculados	17.820	12.308	0,03	(30,93)
60	Recursos Diretamente Arrecadados	1.181.502	1.655.529	4,21	40,12
61	Recursos Diretamente Arrec. com Vinculação Específica	18.143	37.950	0,10	109,17
<b>Total</b>		<b>32.443.148</b>	<b>39.299.363</b>	<b>100,00</b>	<b>21,13</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

O Estado destinou, dentre outras funções, à segurança pública R\$ 4,154 bilhões, R\$ 1,667 bilhão à saúde e R\$ 821 milhões à educação, totalizando R\$ 6,642 bilhões, ou seja, 31,3% dos recursos ordinários do tesouro.



Na despesa com pessoal dessas funções o Estado aplicou R\$ 4,630 bilhões de seus recursos ordinários, em custeio o montante foi de R\$ 1,258 bilhão e em investimentos R\$ 753 milhões.

### 3.3 – Resultado Fiscal

Do confronto orçamentário entre a Despesa Orçamentária Fiscal e a Receita Orçamentária Fiscal, em 2008, apurou-se o Resultado Orçamentário Superavitário de R\$ 624 milhões, com uma variação positiva de 228% em relação ao exercício anterior.

Deste resultado, R\$ 585 milhões se referem aos resultados apurados pelos Institutos de Previdência, sendo, Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - FUNPEMG, com R\$ 315 milhões e o Fundo Financeiro de Previdência – FUNFIP com R\$ 270 milhões. Desta forma, deduzindo-se o resultado dos fundos do resultado mencionado anteriormente, chega-se a um resultado fiscal de R\$ 39 milhões.

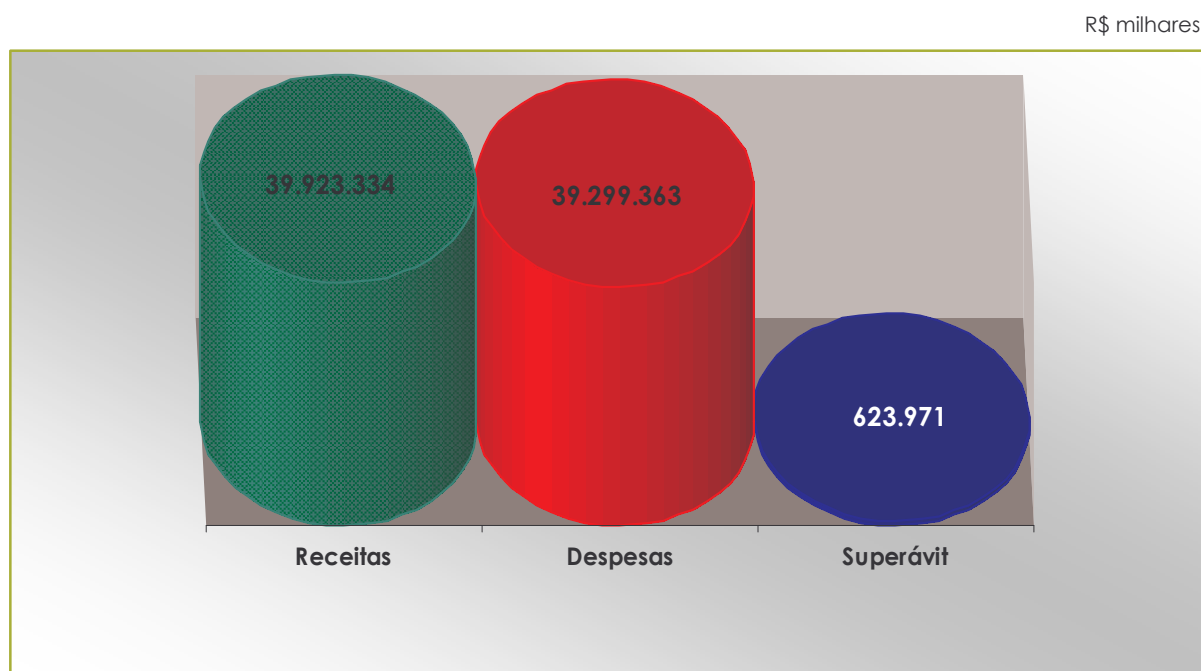


Gráfico 10 – Resultado Fiscal – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG

O Governo de Minas, desta forma, e de acordo com o mencionado neste capítulo, comprova o equilíbrio de suas contas públicas, mantendo, dentre outros, um *superávit* orçamentário nos últimos anos, na busca de um “Estado para Resultados”.



#### 4 – Balanço Financeiro

Visando demonstrar a situação financeira do Estado de forma simplificada, bem como a movimentação financeira, o Balanço Financeiro considera em sua composição o saldo financeiro do exercício anterior, as entradas e saídas, sejam receitas/despesas orçamentárias ou extra-orçamentárias, e o saldo financeiro para o exercício seguinte.

Na Tabela 16, visualiza-se a síntese do Balanço Financeiro do Estado de Minas Gerais, no exercício de 2008, excluído os dados das Empresas Estatais Dependentes.

Tabela 16 – Demonstrativo da Síntese do Balanço Financeiro  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares

Receita			Despesa		
Descrição	Valores	AV % (1)	Descrição	Valores	AV % (1)
Orçamentária	39.852.475	34,64	Orçamentária	39.062.105	33,95
Extra-orçamentária	70.999.983	61,71	Extra-orçamentária	70.820.900	61,55
			Pendente	102.276	0,09
			Contas de gestão financeira anual	163.935	0,14
Saldo do exercício anterior	4.203.360	3,65	Saldo p/ exercício seguinte	4.906.602	4,26
<b>Total</b>	<b>115.055.818</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>115.055.818</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical

A Receita Orçamentária foi constituída pelas receitas Correntes no montante de R\$ 38,473 bilhões e pelas receitas de Capital no valor de R\$ 1,380 bilhão.

A Despesa Orçamentária, no valor de R\$ 39,062 bilhões, foi executada em cerca de 80,0% nas principais funções de Governo relativas à Saúde, Previdência Social, Educação, Segurança Pública, Judiciária e Encargos Especiais.

A análise da Execução Orçamentária encontra-se no capítulo 3 deste relatório e difere dos valores da Tabela 16 por incluir naquela R\$ 71 milhões de receitas e R\$ 237 milhões de despesas referentes às Empresas Estatais Dependentes.

Pela Tabela 16, observa-se que o subgrupo Extra-Orçamentário, tanto da receita quanto da despesa, apresenta percentuais significativos em relação ao total do Balanço Financeiro, razão pela qual se destacam as contas mais relevantes a seguir.



Tabela 17 – Demonstrativo do Detalhamento do Subgrupo Extra-Orçamentário  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares

Descrição	Receita		Despesa	
	Valores	AV % (1)	Valores	AV % (1)
Créditos em Circulação	30.311	0,00	-	-
Investimentos dos Reg. Próprios Previdência	-	-	377.104	0,53
Depósitos	11.526.921	0,02	11.992.402	16,93
Consignações/ Retenc./Desc. em Pagtos.	4.528.464	0,01	4.616.527	6,52
Depósito de Diversas Origens	6.998.457	0,01	7.375.875	10,41
Obrigações em Circulação	59.442.751	0,08	58.451.394	82,53
Obrigações Liquidadas a Pagar	40.111.723	0,06	40.821.003	57,64
Credores – Entidades e Agentes	34.223	0,00	34.289	0,05
Restos a Pagar	2.682.043	0,00	981.339	1,39
Unidade Tesouraria – Rec. Contas Arrec.	10.447.376	0,01	9.881.197	13,95
Transf. Financ. a Comp. Conta Arrec. UT	7.036	0,00	7.036	0,01
(R) Rec. Contas Arrec. Centraliz. Cta. Única	6.160.350	0,01	6.726.529	9,50
<b>Total</b>	<b>70.999.983</b>	<b>100,00</b>	<b>70.820.900</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical



O Fundo de Previdência do Estado – FUNPEMG registrou em torno de 85% da movimentação total de R\$ 377 milhões do grupo “Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência”, constituído pelas contas “Letras do Tesouro Nacional”, “Letras Financeiras do Tesouro”, “Fundo de Renda Fixa Referenciada”, “Fundo de Ações Referenciado” e “Fundos de Renda Fixa”.

Os Depósitos tiveram sua movimentação de entradas e saídas relativas ao Imposto de Renda, à Contribuições e Retenções/Desconto para os Institutos de Previdência, Contribuição Financeira ao Fundo de Previdência e Outros Consignatários/Retenções.

Dentre as movimentações do subgrupo Extra-Orçamentário ocorridas neste exercício, as de



maior relevância ocorreram nas Obrigações em Circulação provenientes principalmente dos registros que envolveram as contas de Obrigações Liquidadas a Pagar que tem por finalidade registrar as obrigações com despesas de custeio e capital e representam os Restos a Pagar Processados.

Os “Restos a Pagar”, embora evidenciado no Balanço como “receita Extra-Orçamentária” não caracterizam propriamente um ingresso de recurso financeiro e sim um mecanismo de compensação estabelecido no § único do art. 103 da Lei Federal 4.320/64, tendo em vista que a despesa orçamentária é considerada nesse Balanço pelo valor executado e não pelo valor pago.

O objetivo da conta redutora – (R) Recursos de Contas Arrecadoras Centralizada na Conta Única, demonstrada tanto na receita quanto na despesa, é evitar duplicidade no saldo do disponível, desta forma é feita a correção dos valores registrados na conta única, haja vista que as unidades orçamentárias promovem seus registros nas contas internas.

Verifica-se ainda, no subgrupo “Saldo de Exercício Anterior” e “Saldo para o Exercício Seguinte”, cuja composição é o valor do Disponível, que é formado principalmente pelas contas de Recursos da Conta Única e pela aplicação proveniente da mesma, bem como o saldo existente na conta de movimentação interna, cresceu R\$ 703 milhões, cerca de 17 % em relação ao exercício anterior. A análise deste grupo será evidenciada no capítulo do Balanço Patrimonial.

A variação do saldo da disponibilidade financeira no exercício foi positiva em R\$ 703 milhões, sendo representado pela diferença entre o saldo das disponibilidades do ano anterior “Saldo de Exercício Anterior” e o saldo das disponibilidades para o ano seguinte “Saldo para o Exercício Seguinte”.



## 5 – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, em uma situação estática, as contas representativas de Bens, Direitos, Obrigações e o Saldo Patrimonial da Administração Pública Estadual.

O Estado de Minas Gerais apresenta por meio da Tabela 18 a síntese do Balanço Patrimonial Consolidado do exercício de 2008, referente aos saldos patrimoniais da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, com as respectivas compensações financeiras<sup>7</sup>.

Ressalta-se, neste balanço, que não foram considerados, para fins de consolidação os dados das Empresas Estatais Dependentes, uma vez que estas são regidas pela Lei Federal 6.404/76, e pela Lei Federal 11.638/2007.

Tabela 18 – Demonstrativo da Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares					
Ativo	2008	AV% (1)	Passivo	2008	AV% (1)
Ativo Circulante	7.183.301	9,23	Passivo Circulante	6.432.394	8,26
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.166.768	42,60	Passivo Exigível a Longo Prazo	57.294.614	73,59
Ativo Permanente	8.021.951	10,30			
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>48.372.020</b>	<b>62,13</b>	<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>63.727.008</b>	<b>81,86</b>
			Passivo a Descoberto	(15.354.988)	(19,72)
Ativo Compensado	29.480.525	37,87	Passivo Compensado	29.480.525	37,87
<b>Total</b>	<b>77.852.545</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>77.852.545</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical.

No demonstrativo a seguir, encontram-se evidenciadas as compensações financeiras efetuadas para composição do Balanço Patrimonial Consolidado no exercício de 2008:

Tabela 19 – Demonstrativo das Compensações Financeiras  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares				
Código	Descrição	Saldo em 2008	Valor a compensar	Saldo após compensação
131.00.00.00.00	Créditos Financeiros a Receber – Operações Intragovernamentais	4.579.859	4.579.859	-
231.00.00.00.00	Créditos Financeiros a Liberar – Operações Intragovernamentais	4.579.859	4.579.859	-
113.03.03.02.01	Dívida Ativa – Principal	567.378	35.956	531.422
113.03.03.02.02	Dívida Ativa – Multas e Encargos	85.356	79.499	5.857
122.03.02.01.00	Dívida Ativa – Principal	1.480.602	1.124.079	356.523
122.03.02.02.00	Dívida Ativa – Multas e Encargos	258.774	180.070	78.704
212.01.02.00.00	Juros e Encargos da Dívida	23.337	23.337	-
212.01.06.00.00	Amortização da Dívida	13.933	13.933	-
222.99.01.00.00	Renegociações de Obrig. Previd.	1.382.980	1.382.334	647

Fonte: SIAFI – MG

<sup>7</sup> Compensação Financeira trata-se de técnica utilizada na consolidação de balanços que permite eliminação nas demonstrações financeiras das transações realizadas entre unidades orçamentárias do próprio Estado



A compensação da Dívida Ativa a curto e longo prazo, foi de R\$ 1,419 bilhão nas contas contábeis descritas no Demonstrativo acima, decorrente da obrigação do Estado para com os Institutos de Previdência: IPSEMG no valor de R\$ 659 milhões e IPSM R\$ 760 milhões.

## 5.1 – Ativo

Na Tabela 20 evidencia-se o Ativo do Estado de Minas Gerais no exercício de 2008 compreendido pelos bens e direitos.

Tabela 20 – Comparativo do Ativo por Grupo  
Estado de Minas Gerais – 2008

Ativo	R\$ milhares	
	2008	AV % (1)
Ativo Circulante	7.183.301	9,23
Ativo Realizável a Longo Prazo	33.166.768	42,60
Ativo Permanente	8.021.951	10,30
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>48.372.020</b>	<b>62,13</b>
Ativo Compensado	29.480.525	37,87
<b>Total</b>	<b>77.852.545</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical.

No Gráfico 12 se explicita o comparativo do Ativo do governo mineiro entre os exercícios de 2007 e 2008.

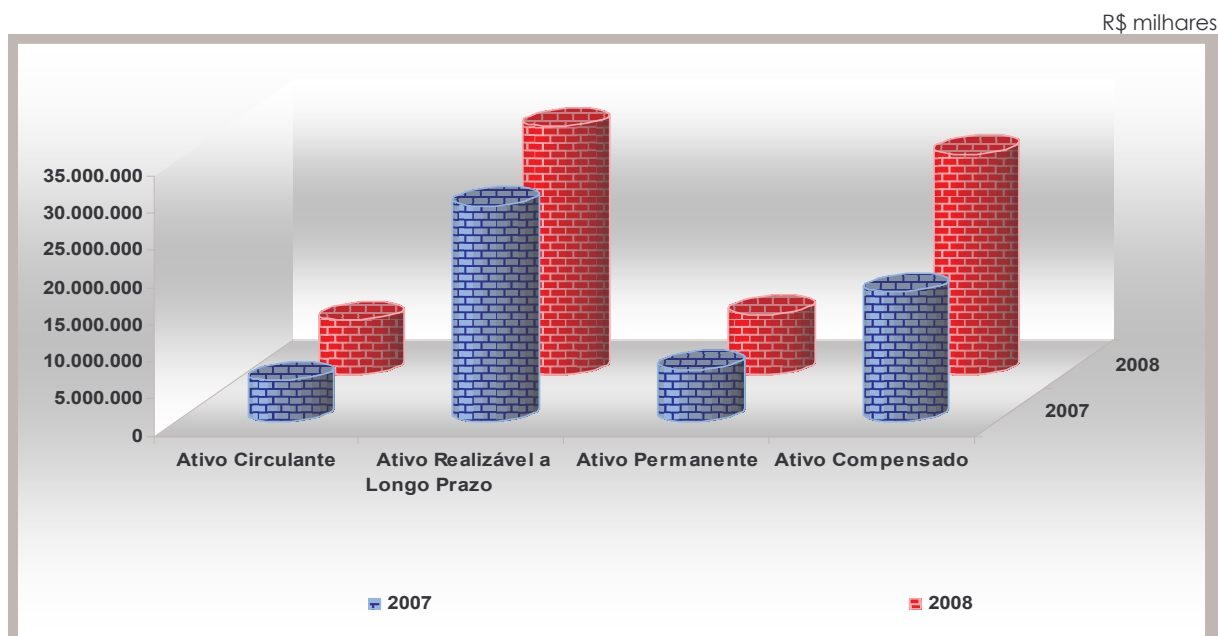


Gráfico 12 – Comparativo do Ativo por Grupo – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG

Com base nos dados apresentados constata-se em 2008 um acréscimo de 31,98% no ativo em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionado principalmente pelos grupos do Ativo Realizável a Longo Prazo e do Ativo Compensado. O Realizável a Longo Prazo compreende os direitos e créditos classificados no longo prazo. Quanto ao Ativo



Compensado, apesar de figurar na estrutura do Balanço Patrimonial, tem por finalidade registrar contas com função precípua de controle.

Demonstra-se na Tabela 21, síntese da composição do Ativo Circulante referente ao exercício de 2007/2008, identificados pelos itens Disponível, Créditos em Circulação, Bens e Valores em Circulação, Valores Pendentes a Curto Prazo, e os Investimentos do Regimes Próprios de Previdência.

Tabela 21 – Comparativo do Ativo Circulante  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Ativo Circulante	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
Disponível	4.203.360	4.906.602	68,31	16,73
Créditos em Circulação	422.032	440.520	6,13	4,38
Bens e Valores em Circulação	477.054	1.002.825	13,96	110,21
Valores Pendentes a Curto Prazo	220	-	-	(100,00)
Investimentos dos Regimes Próprios Previdência	456.250	833.353	11,60	82,65
<b>Total</b>	<b>5.558.916</b>	<b>7.183.301</b>	<b>100,00</b>	<b>29,22</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Em relação a 2007 observa-se que o Ativo Circulante teve um aumento de 29,22%, influenciado por quase todos os itens componentes do grupo, cabendo destaque aos Bens e Valores em Circulação.

No ativo circulante teve maior representatividade o Disponível que participou com 68,31% na composição do saldo do grupo, este subgrupo apresentou um acréscimo de 16,73%, decorrentes de variações positivas ocorrida principalmente na Conta Única e Recursos Diretamente Arrecadados, conforme detalhado na Tabela 22.

Tabela 22 – Comparativo do Disponível  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
Caixa	175	241,39	0,00	37,93
Bancos	3.718.899	4.217.700	85,96	13,41
Recursos da Conta Única	3.095.745	3.455.623	70,43	11,62
Recursos Diretamente Arrecadados	247.936	311.077	6,34	25,47
Recursos/Transferências Vinculadas	159.624	266.200	5,43	66,77
Recursos de Convênios	215.167	183.868	3,75	(14,55)
Recursos de Operações de Créditos	427	931.5219	0,02	118,16
Aplicações Financeiras	487.703	692.528	14,11	42,00
Recursos Diretamente Arrecadados	403.787	574.089	11,70	42,18
Recursos/Transferências Vinculadas	33.455	13.061	0,27	(60,96)
Recursos de Convênios	50.461	105.378	2,15	108,83
Recursos de Mov. Unid. Tesouraria	1.010.038	1.575.767	32,12	56,01
(R) Recursos de Contas Arrecadoras	(1.013.455)	(1.579.634)	(32,19)	55,87
<b>Total do Disponível</b>	<b>4.203.360</b>	<b>4.906.602</b>	<b>100,00</b>	<b>16,73</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).



Observa-se que o valor mais expressivo encontra-se no grupo “Bancos Conta Movimento”, representando 85,96% do Disponível. Neste grupo, os recursos da conta única giraram em torno de R\$ 3,456 bilhões, contribuindo com 70,43% para a formação do Disponível total. Na sequência tem-se a conta Recursos Diretamente Arrecadados, que participou com 6,34% do total do disponível, cujos registros estão concentrados no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais com 91,11% de participação no saldo da conta.

No grupo das Aplicações Financeiras destaque para o grupo Recursos Diretamente Arrecadados contribuiu com 11,70% do total na formação do Disponível e teve uma variação nominal de 42,18% com relação ao ano anterior. Dos R\$ 574 milhões registrados nesta conta, R\$ 492 milhões referem-se aos Institutos de Previdência, IPSEMG, IPSM e IPLEMG que conjuntamente participam com 85,66% do saldo desta conta.

Os registros realizados na conta retificadora “Recursos de Contas Arrecadoras” são necessários para evitar duplicidade no saldo do disponível, uma vez que os valores registrados na conta única, também são objetos de registros por parte das unidades orçamentárias nas suas contas internas. A diferença apurada nas Contas Recursos de Movimentação Unidade Tesouraria e a retificadora – Recursos Centralizados na Conta Única - Contas Arrecadoras no valor aproximado de R\$ 4 milhões se dá pela intempestividade de registros contábeis por parte de algumas unidades da Administração Pública Estadual.

Retomando a Tabela 21, verifica-se que o grupo “Créditos em Circulação” foi responsável por 6,13% do Ativo Circulante e apresentou variação positiva de 4,38% em relação ao ano anterior. Detalhadas a seguir algumas contas componentes deste grupo:

- Destaque a conta Títulos e Direitos de Créditos que participa com 66,75% na formação do grupo Créditos em Circulação. Do saldo desta conta 96,70% estão concentrados nas Unidades Orçamentárias EGE/SEF e Imprensa Oficial. Os registrados pela EGE/SEF são decorrentes de processo de privatização do sistema financeiro bancário e atualizações destes saldos patrimoniais. Os referentes à Imprensa Oficial referem-se a inscrições de direitos decorrentes do não pagamento de faturas por parte de diversos Credores, com relevância a Assembléia Legislativa e o Tribunal Regional do trabalho.
- A conta Créditos a Utilizar – Compensação Financeira que representa 7,91% dos Créditos em Circulação teve um acréscimo de 433,63% com relação ao ano anterior decorrente de novos créditos registrados pela Secretaria de Educação, no valor em torno de R\$ 34 milhões, responsável por 96,95% do saldo da conta,



decorrente de recursos do FUNDEB relativo às Receitas de Transferências Intragovernamentais e Aplicação Financeira;

- A conta Sentenças/Depósitos Judiciais, que registra a liberação de recursos financeiros a favor da Justiça do Trabalho ou Procuradores legalmente constituídos para fazer face à quitação de precatórios, teve uma variação negativa de 71,87% em relação ao ano anterior, devido às baixas efetuadas pelas Unidades Orçamentárias DER; Fundação João Pinheiro e EMG-Administração Direta, pela quitação de precatórios.
- R\$ 5 milhões registrados na conta contábil “Operações de Créditos Externas a Utilizar” são referentes ao segundo projeto de parceria de Desenvolvimento de MG contrato assinado em 13.08.2008, que tem por objetivo melhorar a eficiência e eficácia da utilização de recursos públicos e alocação para o Desenvolvimento Econômico e social, apoiar a adoção de inovações em Administração Pública.

Dando sequência à análise temos o grupo “Bens e Valores em Circulação” que representou 13,96% do Ativo Circulante, verifica-se ainda uma variação nominal de 110,21% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente de reclassificação contábil Dívida Ativa no valor de R\$ 12 milhões referente ao IPSEMG, classificado no grupo Dívida Ativa até 2007 e reclassificado para Dívida Ativa não Tributária em 2008, cujo credor foi Parcelamentos de Dívidas, bem como reclassificação por parte do Instituto de Previdência dos Servidores Militares transferindo parte do saldo da conta Outros Créditos a Receber para Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 525 milhões. Outra conta que contribuiu para a variação positiva neste grupo foi a conta contábil de Antecipação de Pagamentos Contratuais no valor de R\$ 22 milhões, ocorrido em virtude de Pagamentos Contratual referente à aquisição de aeronave, com entrega futura, tendo como beneficiária a unidade orçamentária Gabinete Militar.

Os Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência representaram 11,60% do total do Ativo Circulante e tiveram uma variação nominal de 82,65% com relação ao exercício anterior, resultante de novas aplicações registradas pelo Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (16,35%) e pelo Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais – FUNPEMG (83,65%), totalizando R\$ 377 milhões de novos investimentos, recursos estes que garantirão pagamentos de benefícios previdenciários futuros aos segurados.

Na sequência da análise do Balanço Patrimonial tem-se o Ativo Realizável a Longo Prazo, com participação expressiva representando 42,60% do Ativo Total. Destaque para a Dívida Ativa, com maior representatividade, conforme Tabela 23.



Tabela 23 – Comparativo do Ativo Realizável a Longo Prazo  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
<b>Depósitos Realizáveis a Longo Prazo</b>	<b>130.479</b>	<b>130.479</b>	<b>0,39</b>	-
Depósitos, Cauções e Garantias	128.622	128.622	0,39	-
Depósitos Judiciais	1.858	1.858	0,01	-
<b>Créditos Realizáveis a Longo Prazo</b>	<b>28.836.536</b>	<b>33.036.289</b>	<b>99,61</b>	<b>14,56</b>
Dívida Ativa	23.777.688	-	-	-
Principal	4.693.074	-	-	-
Multas e Juros	19.084.614	-	-	-
Dívida Ativa	-	25.151.797	75,83	-
Tributária	-	24.716.570	74,52	-
Principal	-	4.912.502	14,81	4,68
Multas e Juros	-	19.804.068	59,71	3,77
Não Tributária	-	435.227	1,31	-
Principal	-	356.523	1,07	-
Multas e Juros	-	78.704	0,24	-
Créditos a Inscrever em Dívida Ativa	-	4.223.108	12,73	-
Créditos a Receber	5.058.848	3.661.384	11,04	(27,62)
Devedores por Enc. de Ass. à Saúde – Segurados	13.737	14.231	0,04	3,60
Empréstimos e Financiamentos	5.045.111	3.647.153	11,00	(27,71)
Empréstimos e Financiamentos	512.288	499.870	1,51	(2,42)
Emp. e Fin. – Fundos de Desenvolvimento	2.180.595	2.133.466	6,43	(2,16)
Concessão de Financiamentos Habitacionais	109.177	132.025	0,40	20,93
Títulos e Direito de Crédito	855.184	847.465	2,56	(0,90)
Outros Créditos a Receber	1.387.867	34.327	0,10	(97,53)
Outros Créditos a Receber	1.474.178	120.638	0,36	(91,82)
(R) Provisão para Perda de Créditos a Receber	(86.311)	(86.311)	(0,26)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>28.967.015</b>	<b>33.166.768</b>	<b>100,00</b>	<b>14,50</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

No grupo “Depósitos Realizáveis a Longo Prazo” encontram-se registrados os depósitos, cauções e garantias e os depósitos judiciais, representando 0,39% do realizável a longo prazo total, não ocorrendo variação com relação ao ano anterior. Os “Depósitos, Cauções e Garantias”, registrados pela unidade orçamentária EGE – Secretaria da Fazenda – Encargos Diversos tem como depositário a Secretaria do Tesouro Nacional, como garantia de pagamento de dívida, médio e longo prazo, renegociadas com os bancos junto à união.

Os Créditos Realizáveis a Longo Prazo contribuíram com 99,61% para formação do Ativo Realizável a Longo Prazo, registrando um acréscimo de 14,56% em relação ao ano anterior. Destaque para a Dívida Ativa, representando 75,83% do Realizável a Longo Prazo. Conforme evidenciado na Tabela 23, observa-se reclassificação neste grupo segregando as dívidas tributárias da não tributária, bem como acréscimos proporcionados pela reclassificação efetuada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Militares que transferiu parte do saldo da Conta Outros Créditos a Receber para a conta de Dívida Ativa Não Tributária longo prazo. As tributárias representam a maior parte do montante da Dívida Ativa registrada na unidade Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Fazenda – Encargos Diversos e o restante não tributário encontra-se presente no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de



Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas, Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais e Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Os Créditos a Inscrever em Dívida Ativa Tributária, no valor de R\$ 4,223 bilhões, registrados na unidade Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Fazenda são referentes ao estoque de processos Tributários Administrativos, apurados em dezembro de 2008.

Dando sequência à análise do Realizável a Longo Prazo, tem-se o grupo Créditos a Receber que contribuiu com 11,04% para formação do Ativo Realizável a Longo Prazo, este grupo teve um decréscimo de 27,62% com relação ao ano anterior, decorrente principalmente da redução ocorrida na conta Empréstimos e Financiamentos Fundos de Desenvolvimento e Outros Créditos a Receber. Quanto aos empréstimos a maior redução foi na unidade orçamentária Fundo de Desenvolvimento Socioeconômico no valor de R\$ 35 milhões, tendo em vista recebimento de financiamento dos programas GERAMINAS, Estrada Real, entre outros.

Concluindo a análise verifica-se que a conta Outros Créditos a Receber teve uma redução de 97,53% ocasionada principalmente por operações realizadas pelo IPSM, sendo a reclassificação de parte do saldo da conta para as contas de Dívida Ativa Não Tributária classificadas no curto e Longo Prazo no valor de R\$ 1 milhão, e o restante do saldo, R\$ 3 milhões, baixado visando regularização do saldo contábil.

No Ativo Permanente são registrados os bens e direitos que não se destinam à venda, sendo adquiridos para uso ou aplicação de caráter permanente. Apresenta-se subdividido em Investimentos e Imobilizado, conforme detalhado a seguir:

Tabela 24 – Comparativo do Ativo Permanente  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Ativo Permanente	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
<b>Investimentos</b>	<b>3.627.833</b>	<b>4.169.683</b>	<b>51,98</b>	<b>14,94</b>
Participações Societárias	3.512.176	3.895.265	48,56	10,91
Títulos e Valores	21.148	137.094	1,71	548,26
Obras e Instalações em Andamento	78.341	11.513	0,14	(85,30)
Unidades Habitacionais em Construção	16.165	125.811	1,57	678,29
Outros Investimentos	2	0	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>3.388.503</b>	<b>3.852.268</b>	<b>48,02</b>	<b>13,69</b>
Bens Patrimoniais	3.555.853	3.215.227	40,08	(9,58)
Obras em Andamento	-	657.207	8,19	-
Depreciação, Amortizações e Exaustões	(167.350)	(20.166)	(0,25)	(87,95)
<b>Total</b>	<b>7.016.336</b>	<b>8.021.951</b>	<b>100,00</b>	<b>14,33</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).



Verifica-se que o grupo de Investimentos contribuiu com 51,38% na formação do Ativo Permanente. Na composição desse grupo, destaque às participações societárias contribuindo com 93,42% dos investimentos, cujo detalhamento encontra-se evidenciado a seguir:

Tabela 25 – Comparativo das Participações Societárias  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA	1.167.652	1.167.652	29,98	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais SA. – BDMG	816.731	910.402	23,37	11,47
Companhia Desenv. Econômico Minas Gerais – CODEMIG	684.532	939.612	24,12	37,26
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	568.834	579.652	14,88	1,90
Companhia de Tecnologia e Informação – PRODEMGE	76.218	76.218	1,96	-
MGI – Minas Gerais Participações SA.	86.148	99.432	2,55	15,42
Companhia de Habitação Estado Minas Gerais – COHAB	65.649	65.649	1,69	-
Outras Participações	46.413	56.649	1,45	22,05
<b>Total</b>	<b>3.512.176</b>	<b>3.895.265</b>	<b>100,00</b>	<b>10,91</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Observa-se na Tabela 25 que as participações societárias da COPASA, BDMG, CODEMIG e CEMIG contribuíram com 92,35% do total das participações. Cabe mencionar que as participações da COPASA, PRODEMGE E COHAB não sofreram variações com relação ao ano anterior.

O grupo de "Títulos e Valores" que participou com 1,71% do total do Ativo Permanente teve uma variação de 548 % em relação ao ano anterior, decorrente principalmente dos "Títulos e Direitos de Créditos" que contribuíram com 98,09% do total do grupo, esta conta teve acréscimos da ordem de R\$ 116 milhões, deste a unidade orçamentária Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação em Minas Gerais, registrou acréscimos de R\$ 116,1 milhões, decorrente de aquisições de títulos das empresas CLARO, TELEMAR e VIVO.

A conta "Obras e Instalações em Andamento" – do grupo Investimento teve uma redução de 85,30%, devido à finalização das obras e instalações realizadas, bem como reclassificação contábil para as contas contábeis Obras em Andamento - Imobilizado e Obras em Andamento Bens não Patrimoniáveis – Ativo Compensado.

Quanto aos investimentos realizados com as "Unidades Habitacionais em Construção" trata-se do programa de governo Lares Gerais – Habitação Popular a ser executado no período de 2007/2010 com meta prevista para a construção de 40 mil moradias, no qual o governo vem trabalhando em ritmo acelerado em parceria com a COHAB visando combater de forma eficiente o *déficit* habitacional em nosso Estado.



Outro grande grupo que compõem o Ativo Permanente é o Imobilizado, cuja participação é muito relevante 48,02% do total. Cabe ressaltar que os bens em sua maioria são representados pelo custo histórico, não apresentando ainda as devidas atualizações. O detalhamento do Imobilizado está apresentado na Tabela 26.

Tabela 26 – Comparativo do Imobilizado dos Elementos de Despesa  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Elemento de Despesa	2007		2008	
	Bens Móveis	Bens Imóveis	Bens Móveis	Bens Imóveis
Obras e Instalações	-	252.485	-	278.268
Equipamento e Material Permanente	1.825.494	-	1.972.388	-
Aquisições de Imóveis	-	784.593	-	896.463
Depreciação	(71.534)	(95.817)	(886)	(19.281)
A Classificar	112	693.170	111	67.998
<b>Total</b>	<b>1.754.071</b>	<b>1.634.432</b>	<b>1.971.613</b>	<b>1.223.448</b>

Fonte: SIAFI – MG

Quanto à conta Obras em Andamento - grupo imobilizado, que encerrou o exercício de 2008 com saldo de R\$ 657 milhões, esta conta foi criada em 2008 para proporcionar maior transparência para as obras de Bens Patrimoniáveis, parte do saldo desta conta provém de reclassificação contábil efetuada por diversas unidades orçamentárias relativo à conta Obras e Instalações em Andamento – Investimentos.

O Ativo Compensado representou 37,87% do ativo total, sua função precípua é o controle, sendo decorrente de fatos que possam vir a afetar o patrimônio. Compõe o Balanço Patrimonial sem, contudo, afetar sua estrutura, tendo como contrapartida o Passivo Compensado que evidencia a mesma situação.



## 5.2 – Passivo

O Passivo compreende o conjunto de deveres e obrigações com terceiros assumidas pelo Estado, obrigações estas desmembradas em Dívida Flutuante e Dívida Fundada, exigíveis a curto e longo prazos, respectivamente.

O Passivo Compensado representou 37,9% do total do passivo, sendo responsável pela maior variação do grupo com 69,0%, entretanto, sua função primordial é o controle, contendo os registros dos fatos que possam futuramente afetar o patrimônio, seguido pelo passivo Exigível a Longo Prazo com crescimento de 14,71% e Passivo Circulante com redução de 5,48%. O Passivo a Descoberto cresceu 0,94% em relação ao exercício de 2007. A seguir, a análise destes grupos será detalhada.

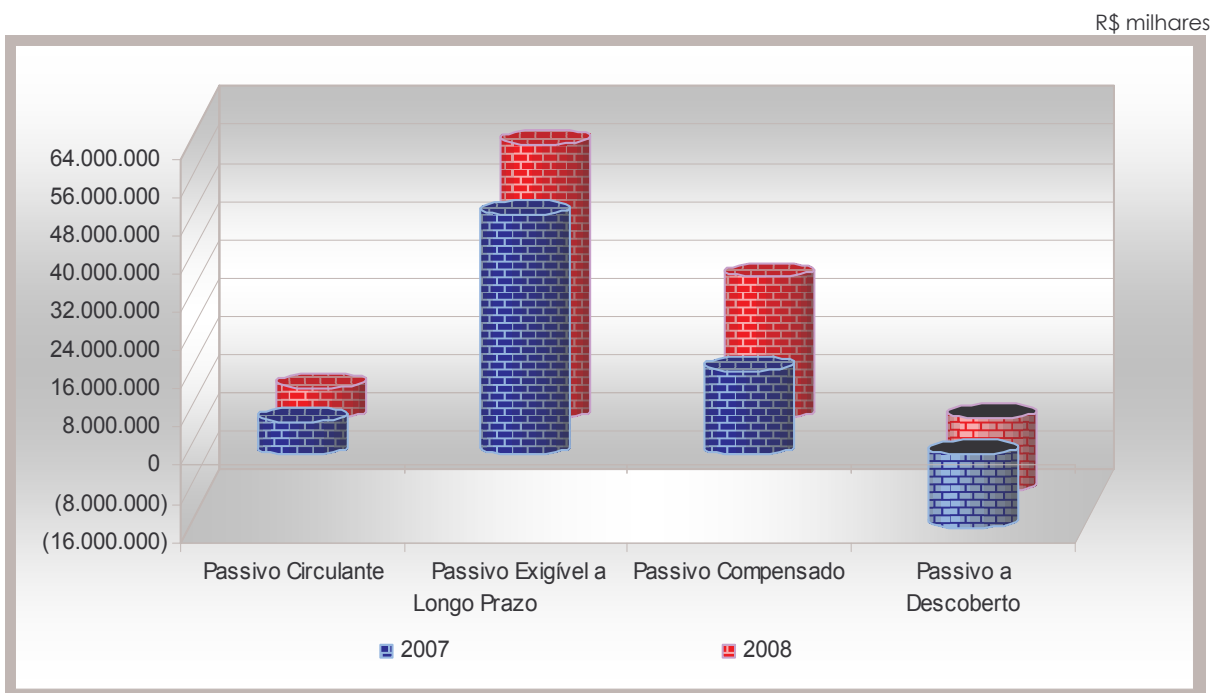


Gráfico 13 – Demonstrativo da Composição do Passivo – Estado de Minas Gerais – 2007/2008  
Fonte: SIAFI/ MG



Tabela 27 – Comparativo do Passivo por Grupo  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Passivo	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (1)
Passivo Circulante	6.805.266	6.432.394		(5,48)
Passivo Exigível a Longo Prazo	49.949.367	57.294.614		14,71
<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>56.754.634</b>	<b>63.727.008</b>		<b>12,29</b>
<b>Passivo a Descoberto</b>	<b>(15.212.367)</b>	<b>(15.354.988)</b>		<b>0,94</b>
Passivo Compensado	17.444.026	29.480.525		69,00
<b>Total do Passivo</b>	<b>58.986.293</b>	<b>77.852.545</b>		<b>31,98</b>

Fonte: SIAFI/ MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Inicia-se a análise do passivo total pelo Passivo Circulante, grupo que compreende os compromissos Exigíveis a Curto Prazo, também denominado como “Dívida Flutuante”, representou 8,26% do total do Passivo sofrendo um decréscimo em relação a 2007 de 5,48%, devido principalmente a apropriação de depósitos administrativos como receita orçamentária em 2008.

De acordo com a Tabela 28, observa-se que este grupo apresentou-se subdividido em Obrigações em Circulação, Depósitos e Valores Pendentes a Curto Prazo.

Tabela 28 – Comparativo do Passivo Circulante  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Passivo Circulante	2007	2008	R\$ milhares	
			AV % (1)	AH % (2)
Obrigações em Circulação	5.375.454	5.572.602	86,63	3,67
Depósitos	1.120.631	653.154	10,15	(41,72)
Valores Pendentes a Curto Prazo	309.181	206.638	3,21	(33,17)
<b>Total</b>	<b>6.805.266</b>	<b>6.432.394</b>	<b>100,00</b>	<b>(5,48)</b>

Fonte: SIAFI/ MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

As Obrigações em Circulação representaram o grupo mais expressivo do Passivo Circulante, participando com 86,63% para a composição do mesmo com acréscimo de 3,67 % em relação ao exercício de 2007. São representadas em quase sua totalidade pelo saldo de Restos a Pagar Processados <sup>8</sup> e Restos a Pagar não Processados <sup>9</sup>, com Tabela 28:

<sup>8</sup> São considerados Processados os Restos a Pagar referentes a empenhos executados, liquidados, portanto o direito do credor já foi verificado.

<sup>9</sup> São Considerados Não Processados os Restos a Pagar apenas empenhados, quando não existe o direito líquido e certo do credor.



Tabela 29 – Demonstrativo de Restos a Pagar Processados e Não Processados  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares

Descrição	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2008	Total Inscrito	Cance-lados	Pagos	Liquidado a Pagar RPNP	Total a Pagar
Processados	4.410.485	1.537.546	5.948.031	791.357	2.287.721	3.628	2.872.581
Não Processados	1.160.897	2.682.043	3.842.940	162.209	977.711	-	2.699.392
<b>Total</b>	<b>5.571.382</b>	<b>4.219.589</b>	<b>9.790.972</b>	<b>953.566</b>	<b>3.265.432</b>	<b>-</b>	<b>5.571.973</b>

Fonte: SIAFI – MG

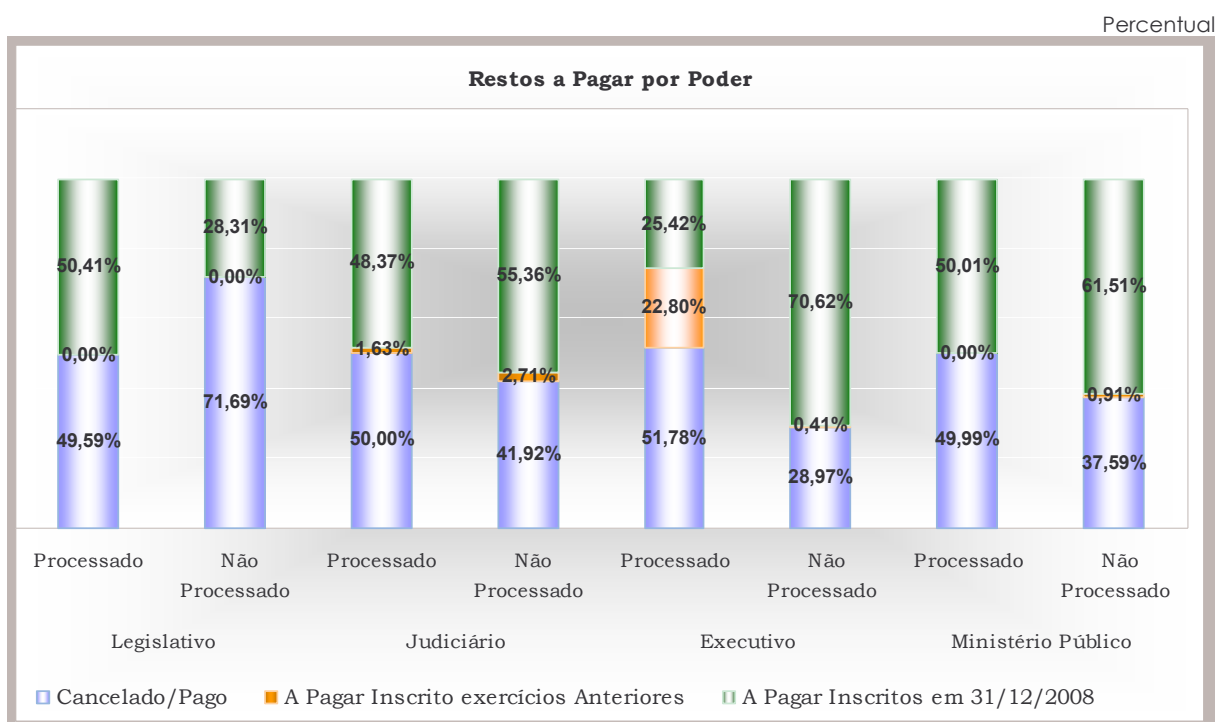


Gráfico 14 – Demonstrativo da Posição de Restos a Pagar Processados e Não Processados Por Poder – Estado de Minas Gerais – 2008

Fonte: SIAFI – MG

Ressalta-se que o valor apurado na Tabela 29 e Gráfico 14, diverge dos Demonstrativos de Restos a Pagar Processados – Anexo IX do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2008 devido à compensação que foi realizada nestes valores, conforme descrito no Demonstrativo das Compensações Financeiras do Estado de Minas Gerais, Tabela 19 deste Relatório.

Dando continuidade à análise do passivo circulante, os Depósitos representaram 1,57 % do grupo em questão e sofreram um decréscimo de 41,72% em relação a 2007. Nesta subdivisão, destacam-se os saldos das contas:

- “Depósitos Administrativos”, conta contábil que registra os depósitos efetuados por terceiros em processo contra o Estado de Minas Gerais. Encerrou 2008 com um saldo de R\$ 231 milhões, registrados pela Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos



Gerais do Estado com uma redução de 66,9 % em comparação a 2007 devido a apropriação como Receita Orçamentária em 2008.

- “Depósitos de Terceiros”, conta contábil que registra os depósitos para quem de direito, para posterior devolução ou conversão em receita orçamentária, encerrou 2008 com um montante de R\$ 108 milhões, onde aproximadamente 75,5 % foram registrados pela Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Gerais do Estado e 19,7% no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Dentre os credores destaca-se a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização com cerca de 60% dos créditos.
- “Contribuições/Retenções/Descontos para os Institutos de Previdência”, saldo de R\$ 59 milhões com uma redução em torno 63,70 % em relação a 2007, pulverizado em várias unidades orçamentárias, com destaque para o saldo registrado no Fundo Financeiro Previdenciário – FUNFIP e na Folha de Pessoal Centralizada, responsável por 66,70 % aproximadamente do valor total da obrigação em questão, onde o principal credor beneficiário é o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG.

Quanto aos valores Pendentes a Curto Prazo, verifica-se que este grupo contribuiu com 3,21% para a formação do passivo circulante, com decréscimo de 33,17% em relação à 2007 fechando com o saldo em 2008 de R\$ 207 milhões, distribuído em “Recursos de Convênios a Executar” com 62,7 % , e o restante nas contas “Receitas Realizáveis de Exercícios Seguintes” e “Receita a Utilizar de Agentes Lotéricos “.

Prosseguindo à análise do passivo total, o Exigível a Longo Prazo representou o grupo mais expressivo, participando com 73,6% na formação do grupo, que compreende as obrigações exigíveis em prazo superior a doze meses, também denominada como dívida fundada, representada por contratos e outras obrigações exigíveis de longo prazo. Conforme Tabela 30, observa-se a composição do Passivo Exigível a Longo Prazo.



Tabela 30 – Comparativo da Composição do Exigível a Longo Prazo  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
<b>Depósitos Exigíveis a Longo Prazo</b>	<b>4.598</b>	<b>2.846</b>	<b>0,01</b>	<b>(38,10)</b>
Reserva Técnica Atuarial	4.598	2.846	0,01	(38,10)
<b>Obrigações Exigíveis a Longo Prazo</b>	<b>49.944.769</b>	<b>57.291.768</b>	<b>99,99</b>	<b>14,71</b>
Operações de Crédito Internas	48.397.721	54.750.695	95,55	13,13
Operações de Crédito Externas	562.371	1.241.918	2,17	120,84
Provisões Matemáticas Previdenciárias	730.312	1.045.764	1,83	43,19
Outras Exigibilidades	254.365	253.391	0,44	(0,38)
Renegociações Obrigações Previdenciárias	-	647	0,00	-
Reserva Atuarial de Benefícios	234.748	234.748	0,41	-
Outras Obrigações Assumidas pelo Estado	19.617	17.996	0,03	(8,27)
<b>Total</b>	<b>49.949.367</b>	<b>57.294.614</b>	<b>100,00</b>	<b>14,71</b>

Fonte: SIAFI/ MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Em 2008, as Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, constituídas precipuamente pelas operações de crédito internas e externas, representaram praticamente 100% do grupo em questão, sofrendo um acréscimo de 14,71% de um ano para o outro, decorrente, sobretudo do aumento de 13,13% percebido na conta “Operações de Crédito Internas” fruto, principalmente, da reavaliação dos contratos e incorporação de juros ao saldo devedor.

As Tabelas 31 e 32 apresentam a composição das operações de Crédito Internas e Externas que em 31/12/2008 totalizaram aproximadamente R\$ 56 bilhões.

Tabela 31 – Composição das Operações de Crédito Internas  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
Refinanciamento Lei Federal nº. 9496/97	29.954.869	18.711.442	34,18	(37,53)
Saneamento Bancos Estaduais Lei Federal 9496/97	13.192.073	9.211.055	16,82	(30,18)
CRC Cessão Crédito CEMIG	3.661.160	4.190.762	7,65	14,47
Refinanciamento Lei nº. 8727	969.091	873.439	1,60	(9,87)
Contrato STN-B.Brasil S.A DMLP	438.055	529.531	0,97	20,88
Resíduo da lei 9496/97	-	15.392.692	28,11	-
Resíduo de limite Saneamento Sistema Financeiro Estadual lei 9496/97	-	5.470.917	9,99	-
Saneamento Bancos – BDMG	-	101.913	0,19	-
Outras	182.473	268.942	0,49	47,39
<b>Total</b>	<b>48.397.721</b>	<b>54.750.695</b>	<b>100,00</b>	<b>13,13</b>

Fonte: SIAFI/ MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).



Tabela 32 – Composição das Operações de Crédito Externas  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	R\$ milhares			
	2007	2008	AV % (1)	AH % (2)
BIRD – Reconstrução	301.121	397.290	31,99	31,94
Jaíba II	107.653	155.872	12,55	44,79
BIRD – Pró-Qualidade	40.769	18.888	1,52	(53,67)
BID – Malha Rodoviária	33.737	25.905	2,09	(23,22)
BIRD – Programa SOMMA	35.545	61	0,00	(99,83)
BIRD – Reconstrução	23.458	70.729	5,70	201,51
BIRD – PROACESSO	12.783	105.332	8,48	723,97
BIRD – Reconstrução	-	460.389	37,07	-
Outras	7.305	7.454	0,60	2,04
<b>Total</b>	<b>562.371</b>	<b>1.241.918</b>	<b>100,00</b>	<b>120,84</b>

Fonte: SIAFI/ MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Referindo-se ainda às Obrigações Exigíveis em Longo Prazo, verifica-se o saldo da conta contábil “Provisões Matemáticas Previdenciárias” que se refere aos valores apropriados pelo Estado de acordo com o parecer atuarial, para fazer face à totalidade dos compromissos líquidos do plano previdenciário para com seus segurados, e estão agrupadas em provisões para benefícios concedidos, provisões para benefícios a conceder e provisões atuariais para ajustes do plano. Estas Provisões contribuíram com 1,83% para a formação do Passivo Exigível a Longo Prazo, e foram registradas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e pelo Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais com um acréscimo de 120,84% em relação a 2007.

Quanto às outras exigibilidades, verifica-se:

- Renegociações de Obrigações Previdenciárias cujo saldo refere-se a parcelamento de débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, registrado pelo Instituto Estadual de Florestas em 2008.
- O saldo da conta “Reserva Atuarial de Benefícios” foi registrado em sua totalidade pelo Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais.
- “Outras Obrigações Assumidas pelo Estado”, saldo registrado por várias unidades orçamentárias, referindo-se, em sua maioria (93,4 %) a obrigações com o PASEP.

Para encerrar as contas do passivo, tem-se que o “Passivo a Descoberto” em 31/12/08 foi de R\$ 15,354 bilhões, com acréscimo de 0,94 % em relação a 2007, decorrente do resultado patrimonial deficitário da ordem de R\$ 143 milhões, cuja análise das contas de resultado encontra-se no capítulo 6 – Variações Patrimoniais a seguir.



## 6 – Variações Patrimoniais

Conforme dispõe a Lei Federal Nº. 4320/64 a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mostrando todas as variações positivas e negativas ocorridas no Patrimônio dos órgãos/Entidades do Estado durante o exercício financeiro.

Embora o resultado orçamentário do Estado em 2008, tenha apresentado um *superávit* da ordem de R\$ 603 milhões, no confronto das movimentações Extra-Orçamentárias o saldo foi deficitário em R\$ 746 milhões, resultando em um *déficit* patrimonial de R\$ 143 milhões, comprovado de forma resumida na Tabela 33.

Tabela 33 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais (1)  
Estado de Minas Gerais – 2008

R\$ milhares					
Variações Passivas	Valores	AV % (2)	Variações Ativas	Valores	AV % (2)
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>121.392.471</b>	<b>87,22</b>	<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>121.995.810</b>	<b>87,65</b>
Despesa Orçamentária	39.062.105	28,06	Receita Orçamentária	39.852.475	28,63
Interferências Passivas	79.964.280	57,45	Interferências Ativas	79.811.533	57,34
Mutações Patrimoniais	2.366.085	1,70	Mutações Patrimoniais	2.331.802	1,68
<b>Resultado Extra Orçamentário</b>	<b>17.792.930</b>	<b>12,78</b>	<b>Resultado Extra Orçamentário</b>	<b>17.046.970</b>	<b>12,25</b>
<b>Subtotal</b>	<b>139.185.400</b>	<b>100,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>139.042.779</b>	<b>99,90</b>
			<b>Déficit Patrimonial</b>	<b>142.621</b>	<b>0,10</b>
<b>Total</b>	<b>139.185.400</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>139.185.400</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) A receita e despesa orçamentária das Empresas não fazem parte deste demonstrativo

2) AV – Análise Vertical

## 6.1 – Variações Ativas

R\$ milhares

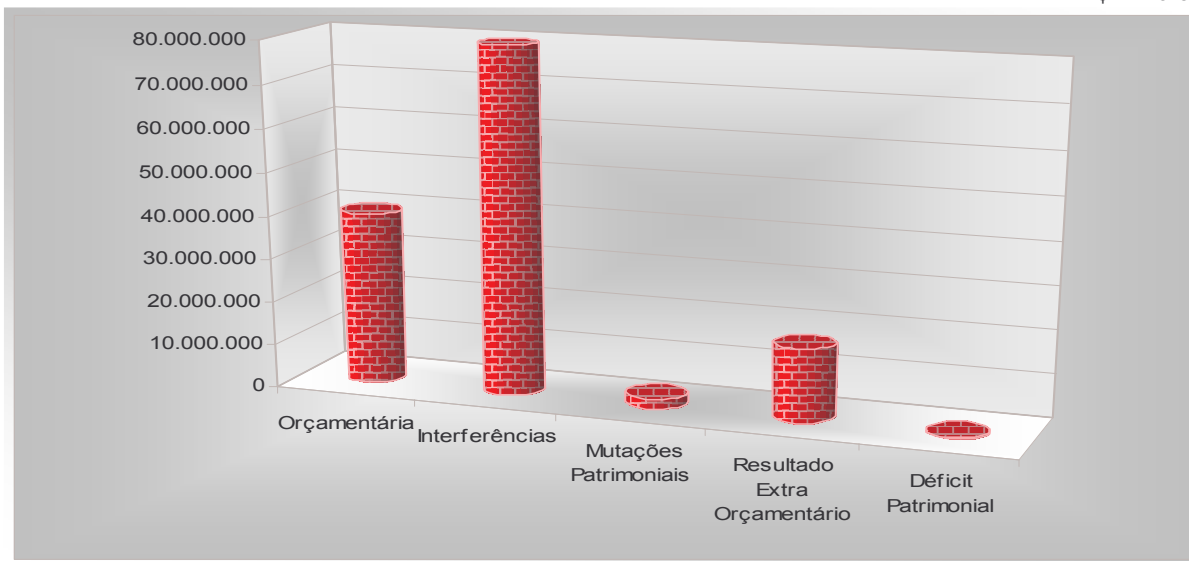


Gráfico 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG

O total das Variações Ativas atingiu o montante de R\$ 139 bilhões, tais variações são decorrentes de todas as movimentações que provocam de forma quantitativas e qualitativas alterações no patrimônio, pelo aumento de valores ativos, reduções de valores passivos ou fato permutativo.

As variações ativas resultantes da execução Orçamentária, compostas pelas Receitas Orçamentárias, Interferências Ativas e Mutações Patrimoniais representaram 87,65% do total.

As receitas Orçamentárias atingiram a cifra de R\$ 39,852 bilhões e as despesas orçamentárias R\$ 39,062 bilhões não retratando os valores apresentados no tópico do Balanço Orçamentário tendo em vista que os dados das Empresas Estatais Dependentes não fazem parte das variações patrimoniais.

As Interferências Ativas alcançaram a cifra de R\$ 79,812 bilhões, estas movimentações são decorrentes principalmente das movimentações financeiras escriturais. Tais movimentações são transações internas no SIAFI-MG e não sensibilizam o agente arrecadador. Este grupo apresentou movimentações vultosas devido à finalidade precípua que é o registro de movimentações financeiras entre diversas unidades, tanto nas Interferências Ativas quanto nas Passivas. A diferença existente no confronto desses subgrupos decorre das cotas financeiras concedidas pelo Tesouro Estadual às Empresas Estatais Dependentes.



As Mutações Patrimoniais da despesa no valor R\$ 2,332 bilhões representaram as incorporações realizadas no exercício, estas participaram com 1,70% do total das variações ativas. Os Estoques em Geral, os Créditos a Receber e as Operações de Créditos Internas representaram 61,33% do total das Mutações Ativas.

Na conta de Bens Móveis as maiores aquisições referem-se a veículos, equipamento de informática, equipamento hospitalar, odontológicos e laboratoriais, evidenciados na Tabela 34.

Tabela 34 – Bens Móveis por Item de Despesa (1)  
Estado de Minas Gerais – 2008

Equipamentos e Material Permanente	Valores	R\$ milhares
		AV % (2)
Veículos	91.228	42,91
Equipamentos de Informática	42.307	19,90
Equipamentos Hospitalares, Odontológicos e de Laboratório.	29.956	14,09
Mobiliário	11.790	5,55
Armamento e Equipamento de Uso Policial	10.951	5,15
Tratores, Similares e Implementos.	6.995	3,29
Demais	19.367	9,11
<b>Total</b>	<b>212.594</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) A receita e despesa orçamentária das Empresas não fazem parte deste demonstrativo

2) AV – Análise Vertical

Dentre os subgrupos integrantes das Mutações Ativas cabem as seguintes observações:

- As Mutações classificadas nas contas contábeis de Obras em Andamento e Bens Imóveis que representam 12,23% (R\$ 285 milhões) do total das Mutações Ativas são identificadas através dos elementos de despesa obras em andamento – bens patrimoniáveis, aquisição de imóveis e despesa de exercícios anteriores (conforme elemento de origem).
- Os Créditos a Receber identificados pelo elemento de despesa concessão de empréstimos representaram 20,72% das mutações, sendo os registros efetuados pelo Fundo de fomento e Desenvolvimento Socioeconômico e Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento mais relevantes.
- As Participações Societárias decorrentes de aumento de capital são relativas ao BDMG, CODEMIG e EPAMIG.
- Os Títulos e Valores foram registrados integralmente pela unidade Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação e decorrem das empresas VIVO, TELEMAR e CLARO.
- Outros Investimentos no montante de R\$ 76 milhões referem-se à construção de casas habitacionais referente ao projeto de “Lares Gerais – Habitação Popular”.



- o Antecipação de Pagamento Contratual é referente a aquisição de uma aeronave adquirida pelo Gabinete Militar com entrega futura no valor de aproximadamente R\$ 22 milhões.
- o A gestão da Dívida Contratada refere-se à amortização da dívida interna e externa, sobretudo dos contratos de refinanciamento da União decorrente da Lei Federal 8.727/93 no valor de R\$ 137 milhões, CRC CEMIG no valor de R\$ 126 milhões e Refinanciamento da União decorrente da Lei Federal 9496/97 no valor de R\$ 42 milhões.

No que tange às contas das Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária, observa-se relevância no grupo de Inscrições de Direitos com 72,15% de participação do total destas variações, especialmente, a Inscrição da Dívida Ativa, que chegou a R\$ 7,459 bilhões, sendo que as unidades Encargos Gerais do Estado, IPSEMG e IPSM contribuíram com 98,95% do total do saldo. Outra conta relevante foi os Créditos a Inscrever em Dívida Ativa atingindo R\$ 4,223 bilhões os quais foram registrados integralmente pela unidade Encargos Gerais do Estado.

Cabe ressaltar que os valores da Dívida Ativa apresentaram um volume expressivo tendo em vista alguns fatores ocorridos neste exercício. Para maior transparência houve a reclassificação dos saldos da dívida ativa em Tributária e não tributária, e ainda reclassificação contábil do longo prazo para o curto prazo, bem como, apropriação de créditos no valor de R\$ 3,147 bilhões decorrentes de inscrições e atualizações realizadas pela EGE/SEF; e pelo IPSEMG e IPSM nos valores de R\$ 66 milhões e IPSM R\$ 1,893 bilhão, respectivamente.

Destaca-se a Incorporação de Ativos no valor de R\$ 2,420 bilhões, sendo consideradas as seguintes parcelas: Estoques em Geral R\$ 539 milhões, Bens Móveis R\$ 790 milhões e as Baixas de Estoque R\$ 770 milhões, valor este proveniente da integração Sistema Integrado de Administração de Materiais – SIAD e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG, conforme estabelecido na nota explicativa 2.

Ressalta-se também as desincorporações do passivo que atingiram a cifra de R\$ 2,217 bilhões, oriundos das obrigações liquidadas a pagar e dos créditos a liberar aos órgãos pela unidade financeira central, que juntas representaram participação significativa de 85,58% do total do grupo.

## 6.2 – Variações Passivas

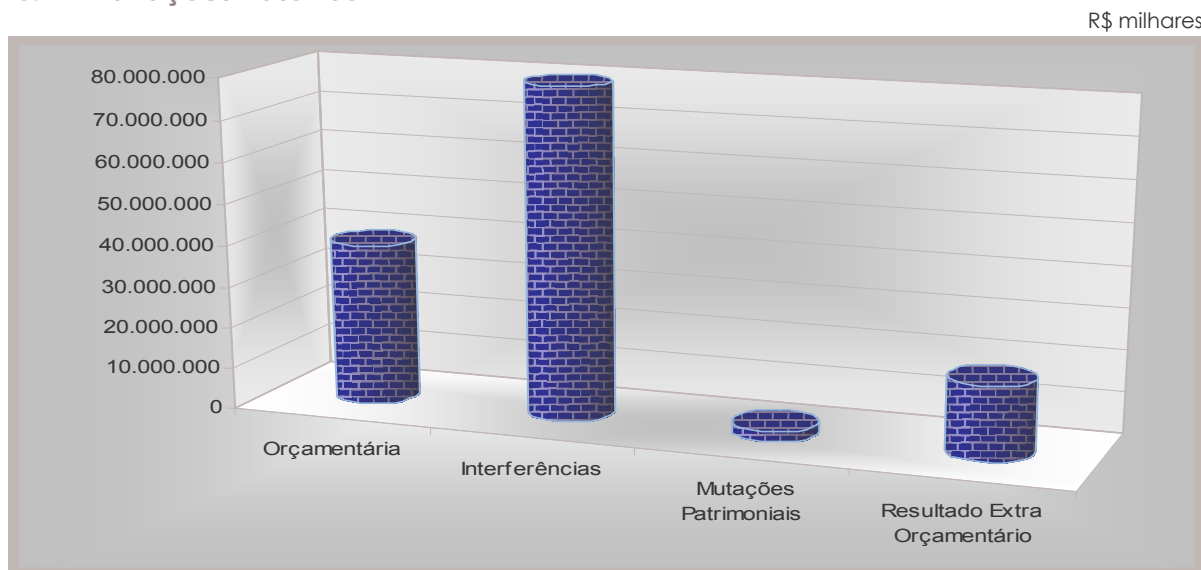


Gráfico 16 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais – Estado de Minas Gerais – 2008

Fonte: SIAFI – MG

As Variações Passivas, por sua vez, são aquelas que provocam movimentações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, provenientes de aumento de valores passivos, redução de valores ativos ou de fato permutativo.

As Interferências Passivas foram tratadas quando da análise das Interferências Ativas.

Destacam-se as seguintes contas das Mutações Passivas:

- o Bens Móveis Imóveis: alcançaram neste exercício o montante de aproximadamente R\$ 7 milhões, relativo a venda de imóveis registrados pelo IPLEMG e RURALMINAS. O primeiro acionou outras receitas de capital, o segundo não promoveu lançamento integral na conta de variação, uma vez que a baixa do bem só é processada após autorização de documento ou por meio de escritura, razão pela qual se constata uma diferença de R\$ 2 milhões entre a conta patrimonial e sua mutação.
- o Operação de Crédito: valores registrados pela unidade Encargos Gerais do Estado/SEF, apresentaram saldo de R\$ 556 milhões, sendo que estes guardam consonância com a Receita de Operação de Crédito.
- o Dívida Ativa: Representaram 53% do total das Mutações Passivas, valores registrados pelas unidades Encargos Gerais do Estado, IPSEMG e IPSM.
- o Créditos a Receber: identificados pela receita de amortizações de empréstimos, esta variação teve participação de 21,95% no total das mutações passivas. Cabe ressaltar que algumas unidades orçamentárias sensibilizaram esta mutação com



---

Receita de Contribuição, Receitas de Serviços, Transferências Correntes e Outras  
Receitas Correntes.

Em relação às Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária, três subgrupos se destacaram: Incorporações Passivas; Baixas de Direitos e Desincorporação de Ativos/Bens, no montante de R\$ 8,092 bilhões, R\$ 6,331 bilhões e R\$ 2,729 bilhões, respectivamente.

Quanto ao subgrupo Incorporações Passivas representados em sua maioria pela apropriação de obrigações exigíveis a longo prazo relativas às operações de crédito que representaram 40,98% do total deste subgrupo.

Merecem destaque as baixas de saldos das carteiras de créditos tributários, por extinção de dívida ativa no valor de R\$ 1,483 bilhão.

Finalizando a análise das Variações Independentes da Execução Orçamentária, tem-se a desincorporação de Ativos/Bens, que basicamente estão representados pela baixa de estoques no valor de R\$ 1,068 bilhão, ocasionada pela adoção de procedimentos operacionais e contábeis resultantes da integração do sistema SIAD com o SIAFI – MG, conforme nota explicativa 2.

Ressalta-se que do encontro de contas das variações Ativas e Passivas decorrente dos procedimentos adotados da integração dos referidos sistemas, apurou-se um *déficit* de R\$ 297 milhões, que conseqüentemente contribuiu para o resultado patrimonial.

O capítulo a seguir apresenta o resultado do Governo Mineiro em 2007, sob a ótica dos Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal), cujas análises orçamentária, financeira e patrimonial já foram realizadas nos capítulos anteriores.



## 7 – Indicadores Fiscais da LRF

Apresenta-se a seguir, por meio de Tabelas e Gráficos a gestão orçamentária e financeira do Estado, traduzidos pelos indicadores fiscais, comprovando que Minas Gerais vem cumprindo todos os ditames contidos na referida lei.

A Secretaria de Estado de Fazenda, sob a responsabilidade da Superintendência Central de Contadoria Geral, elabora, publica no “Diário Oficial”, bem como, disponibiliza na íntegra os anexos constantes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO<sup>10</sup> e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF<sup>11</sup> no do endereço eletrônico:

[http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral)

<sup>10</sup>RREO – Portaria STN/MF/Nº. 575 de 30 de agosto de 2007, que aprovou a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

<sup>11</sup>RGF – Portaria STN/MF/Nº. 574 de 30 de agosto de 2007, que aprovou a 7ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal.



## 7.1 – Balanço Orçamentário

A movimentação das receitas e despesas orçamentárias ocorridas no exercício de 2008 em comparação ao de 2007 está evidenciada na Tabela 35 e no Gráfico 17, como também a variação e os resultados obtidos nos períodos analisados.

A execução da despesa fixada para esse exercício e suas alterações, foi suportada pelo incremento das receitas estimadas para o período, fato este que, originou um *superávit* da ordem R\$ 624 milhões, sendo que destes, R\$ 585 milhões referem-se aos Fundos Previdenciários – FUNPEMG, com R\$ 315 milhões e FUNFIP, com R\$ 270 milhões, que após esta dedução, chega-se a um resultado fiscal de 39 milhões.

A análise detalhada da receita e da despesa fiscal do exercício de 2008 encontra-se disponível nos tópicos específicos desse relatório.

Tabela 35 – Comparativo do Resultado Orçamentário  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", inciso II e § 1º - Anexo I

Descrição	2007	2008	R\$ milhares AH % (1)
Receitas Orçamentárias	32.633.251	39.923.334	22,34
Despesas Orçamentárias	32.443.148	39.299.363	21,13
<b>Resultado Orçamentário Superavitário</b>	<b>190.103</b>	<b>623.971</b>	<b>228,23</b>

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

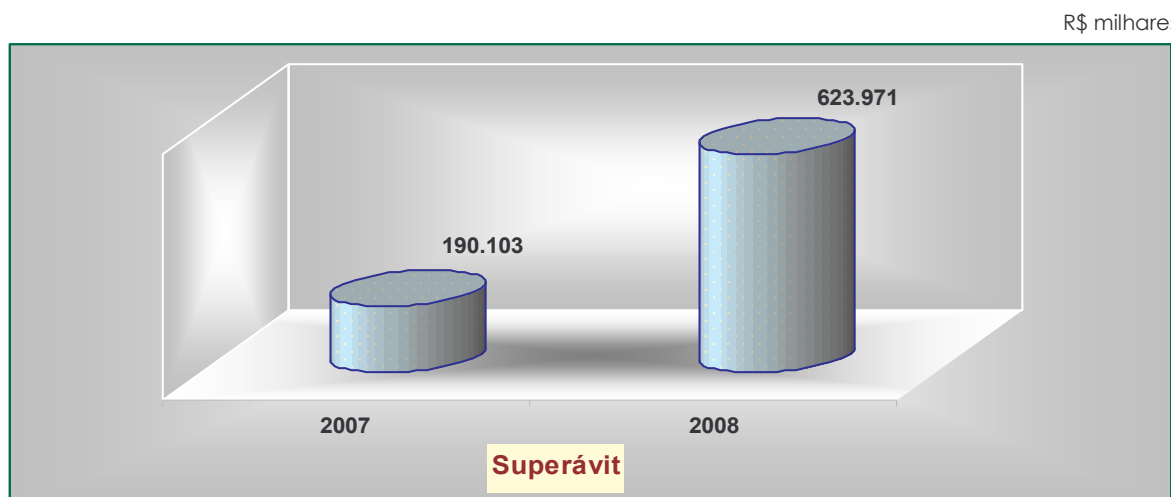


Gráfico 17 – Comparativo do Resultado Orçamentário – Estado de Minas Gerais – 2007/2008  
Fonte: SIAFI – MG

O Gráfico 18 evidencia a trajetória do resultado orçamentário apurado nos últimos cinco exercícios, 2003 a 2008.

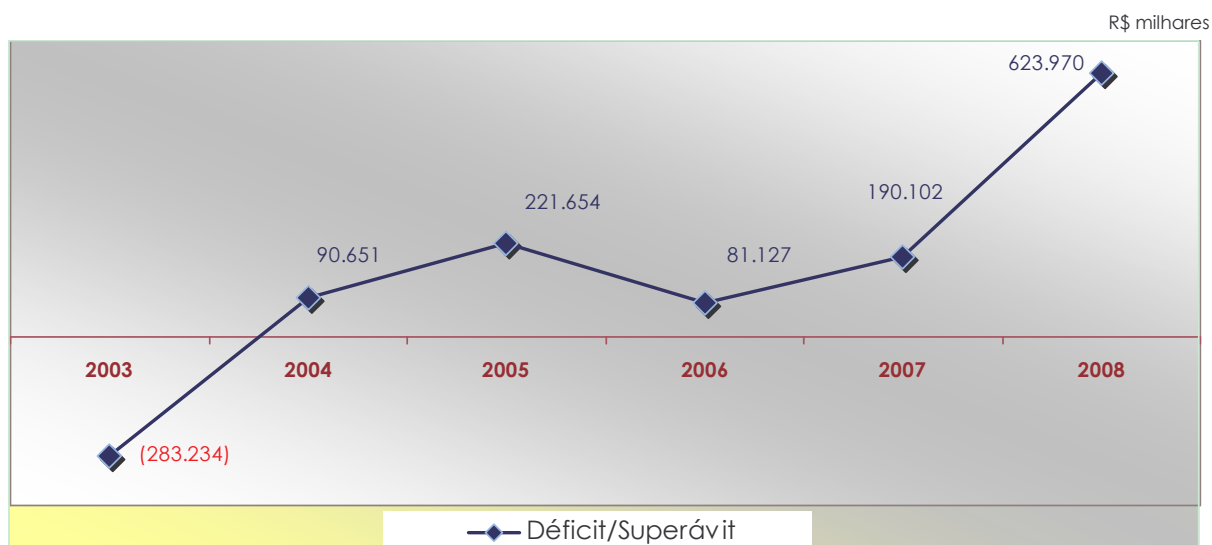


Gráfico 18 – Trajetória do Resultado Orçamentário – Estado de Minas Gerais – 2003/2008  
Fonte: SIAFI – MG



## 7.2 – Receita Corrente Líquida

O somatório das Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais, de Serviços, bem como, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, constituem as receitas correntes, que ao considerar diversas deduções de acordo a legislação vigente encontra-se a Receita Corrente Líquida – RCL que nesse exercício apresentou variação próxima de 23% se comparado ao exercício anterior, justificado pela inclusão em seu cômputo das receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº. 44.695/2007.

Diversos limites estabelecidos pela LRF, estão vinculados à apuração deste demonstrativo, evidenciado abaixo e sua variação tais como, a Despesa com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito, Garantia e Contra Garantias de Valores, dentre outros.

Tabela 36 – Comparativo da Receita Corrente Líquida – RCL  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Descrição	2007	2008 (1)	R\$ milhares
			AH (2) Variação %
Receita Corrente	34.664.777	42.378.960	22,25
Deduções	10.861.099	13.136.470	20,95
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>23.803.678</b>	<b>29.242.489</b>	<b>22,85</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) No total das Receitas encontra-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007;

2) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

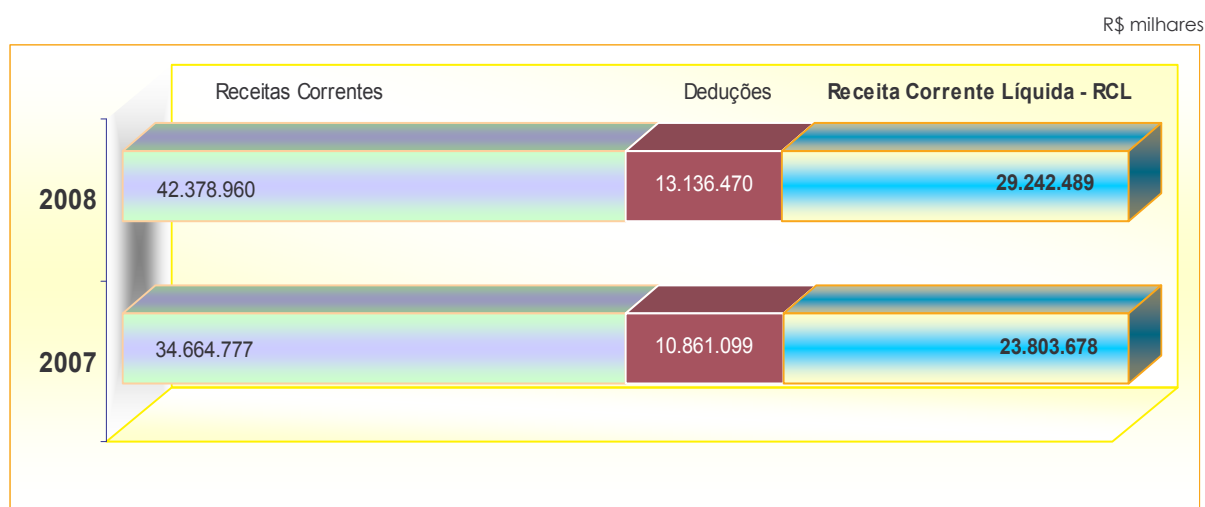


Gráfico 19 – Comparativo da Receita Corrente Líquida – RCL – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG



Objetivando conhecer a *performance* da Receita Corrente Líquida – RCL nos últimos cinco anos apresenta-se o Gráfico 20 com sua trajetória entre os exercícios de 2003 a 2008.

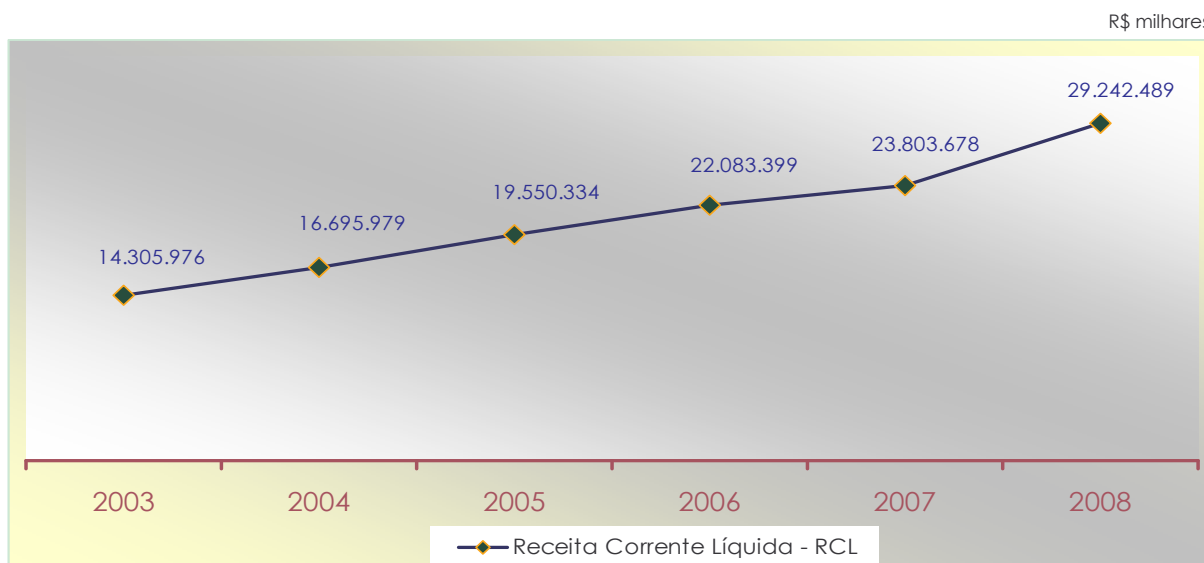


Gráfico 20 – Trajetória da Receita Corrente Líquida – RCL – Estado de Minas Gerais – 2003/2008  
Fonte: SIAFI – MG

## 7.3 – Despesa de Pessoal

### 7.3.1 – Poder Executivo

O demonstrativo abaixo que compara a despesa de pessoal entre os exercícios de 2007 e 2008, que engloba o dispêndio com pessoal ativo, inativos, pensionistas e contratos de terceirização, verificou-se uma retração de 1,32%, se comparado ao exercício anterior, atingindo percentuais de 46,37% e 45,76%, respectivamente, do gasto de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL.

Tabela 37 – Comparativo da Despesa de Pessoal – Poder Executivo  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Despesa com Pessoal – Poder Executivo	Despesas Executadas		R\$ milhares
	2007	2008	AH % (1)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	12.688.632	14.765.497	11,86
Pessoal Ativo	7.285.295	8.710.781	11,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.085.807	5.677.145	11,59
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	317.531	377.572	18,81
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	1.649.967	1.383.485	(16,34)
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite TDP (IV) = (I - II)	<b>11.038.665</b>	<b>13.382.012</b>	15,98
Receita Corrente Líquida – RCL (III) (2)	23.803.678	29.242.489	22,85
<b>% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite – TDP sobre a RCL</b>	<b>46,37</b>	<b>45,76</b>	<b>(1,32)</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007);

2) No total das Receitas encontra-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007.



Ressalta-se que nos exercícios analisados a despesa de pessoal do Poder Executivo enquadrou-se nos ditames contidos na LRF, ficando inclusive abaixo do limite prudencial de 46,55%.

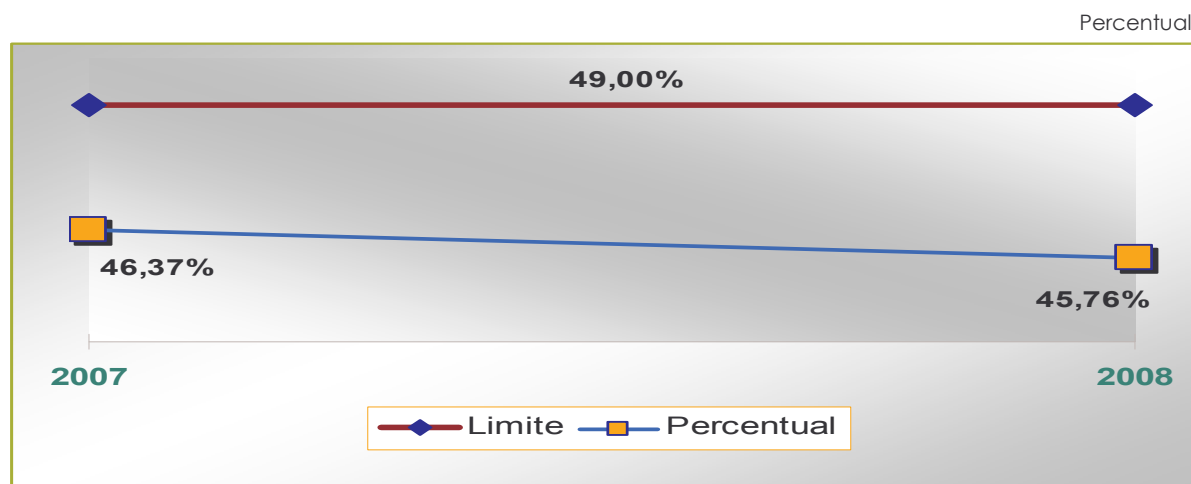


Gráfico 21 – Comparativo da Despesa de Pessoal – Poder Executivo – Estado de Minas Gerais – 2007/2008  
Fonte: SIAFI – MG

### 7.3.2 – Despesa de Pessoal Consolidado – Todos os Poderes e Ministério Público

A Despesa de Pessoal Consolidada do Estado de Minas Gerais, englobando todos os poderes, identifica os dispêndios entre os exercícios analisados em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, evidenciados na Tabela 38 o que permite constatar em seus valores globais que o gasto com pessoal enquadrou-se nos limites estabelecidos na LRF, uma vez que a evolução da Receita Corrente Líquida suportou a variação dos valores referentes a esta despesa.

Tabela 38 – Comparativo da Despesa de Pessoal – Todos os Poderes e Ministério Público  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Despesa com Pessoal – Consolidado dos Poderes e Ministério Público	Despesas Executadas		R\$ milhares AH %(1)
	2007	2008	
Despesa Bruta com Pessoal (I)	15.740.079	18.264.742	16,04
Pessoal Ativo	9.426.434	11.251.979	13,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.935.702	6.634.978	11,75
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	377.943	377.786	(0,12)
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.414.348	2.381.474	(1,50)
Repasse Previdenciários	-	-	-
Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite TDP (IV) = (I - II)	<b>13.282.768</b>	15.883.268	15,23
Receita Corrente Líquida – RCL (III) (2)	23.803.678	29.242.489	22,85
<b>% do Total da Despesa com Pessoal para Fins de Apuração do Limite – TDP sobre a RCL</b>	<b>55,80</b>	<b>54,32</b>	<b>(2,66)</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007);

2) No total das Receitas encontra-se incluídas as receitas extraordinárias referentes à exploração dos serviços para pagamento da folha de salários dos servidores e do programa de parcelamento especial de crédito tributário instituído pelo Decreto nº 44.695/2007.



Gráfico nº. 00  
Comparativo da Despesa de Pessoal – Todos os Poderes e Ministério Público  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

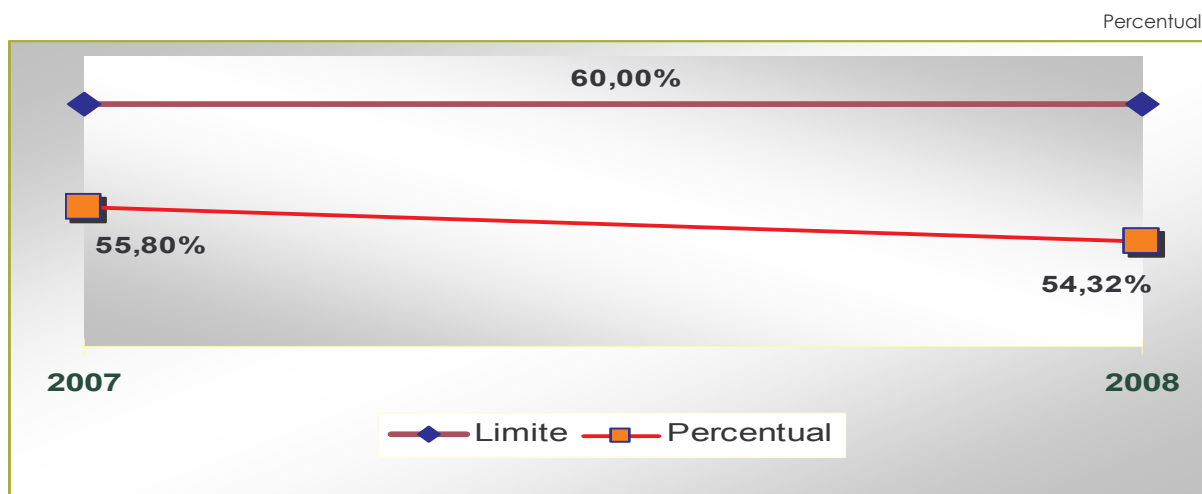


Gráfico 22 – Comparativo da Despesa de Pessoal – Todos os Poderes e Ministério Público – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG

#### 7.4 – Dívida Consolidada Líquida

Em consonância com o inciso V, do §1º, art. 1º da Resolução 40/2001, do Senado Federal e evidenciado na Tabela 39 mostrou-se de forma resumida a movimentação da dívida consolidada do Estado de Minas Gerais, suas deduções, comparativo com o exercício anterior, trajetória de ajustes e os valores líquidos.

Tabela 39 – Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida – DCL  
Estado de Minas Gerais – 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ milhares

Especificação	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2008		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada – DC (I)	52.148.810	53.602.588	56.55.814	60.120.963
Deduções (II)	7.456.062	10.749.110	10.008.559	8.560.323
Dívida Cons. Líquida (DCL) (III) = (I – II)	44.692.747	42.853.479	46.548.254	51.560.659
<b>Regime Previdenciário</b>				
Dívida Cons. Previdenciária (IV)	1.436.838	1.448.060	1.416.031	1.718.242
Deduções (V)	2.036.372	2.563.316	1.443.932	1.466.678
Dívida Consolidada Líquida Previdenciária (VI) = (IV – V)	(599.534)	(1.115.256)	(27.901)	(251.564)

Fonte: SIAFI – MG, informações da ALMG e Empresas Estatais Dependentes.

Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida – Exercício Financeiro 2008			
Quadrimestres	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	160,58%	165,86%	<b>176,32%</b>
% Limite de Endividamento		218,35%	



O percentual registrado nesse exercício conforme demonstrado na Tabela abaixo, apresentou pequena oscilação positiva no transcorrer do período, com o índice apurado variando de 160,58% no 1º quadrimestre a 176,32% no 3º quadrimestre/2008, cumprindo desta forma os compromissos relativos ao serviço da dívida e enquadrando-se de forma muito confortável ao limite de 218,35% da Receita Corrente Líquida – RCL estabelecido para o período.

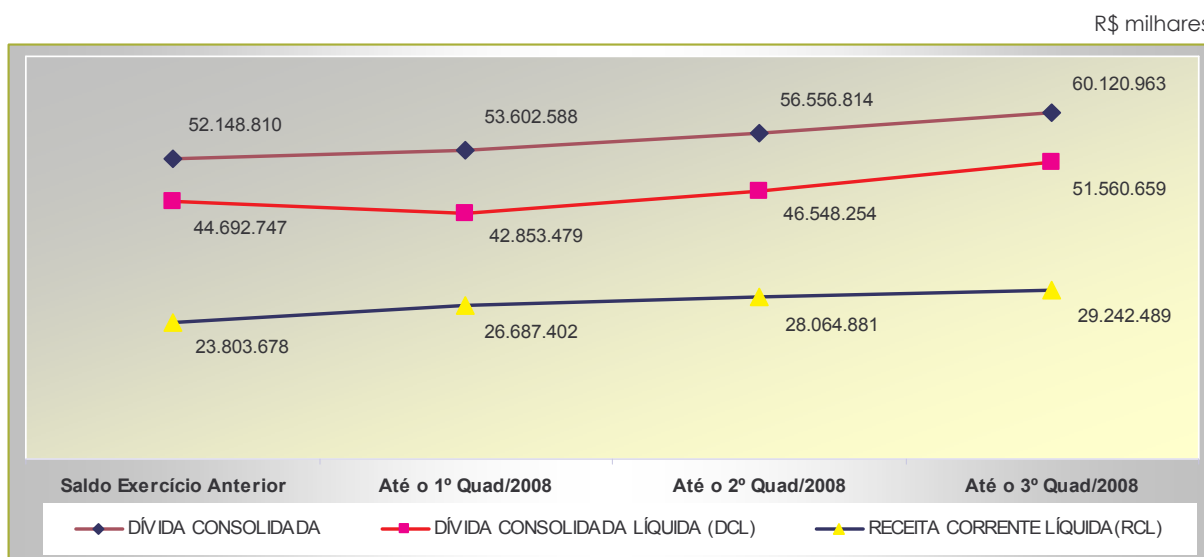


Gráfico 23 – Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida – DCL – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG, informações da ALMG e Empresas Estatais Dependentes.

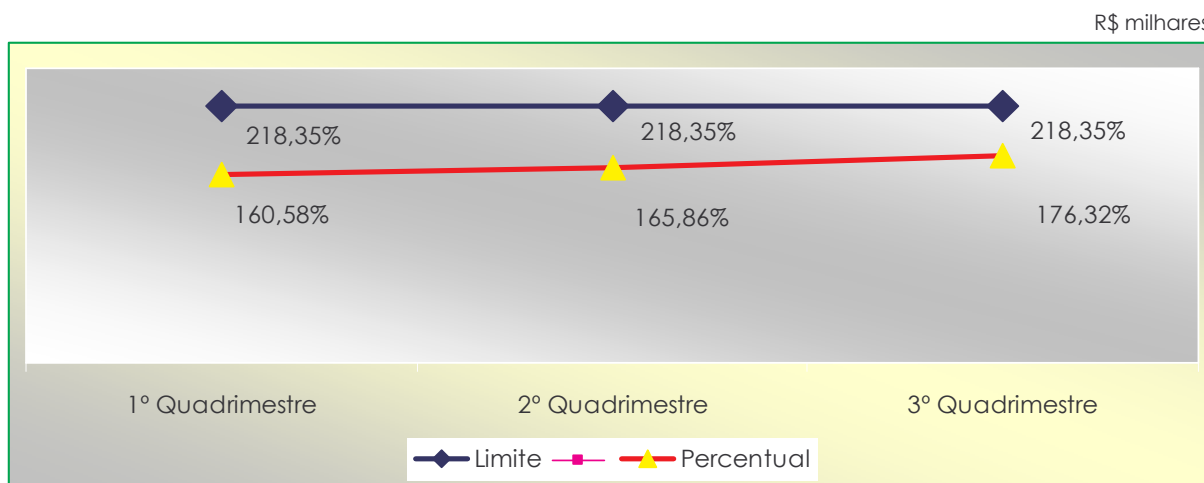


Gráfico 24 – Trajetória da Dívida Consolidada Líquida – DCL – Estado de Minas Gerais – 2008  
Fonte: SIAFI – MG, informações da ALMG e Empresas Estatais Dependentes.



## 7.5 – Resultado Nominal

Demonstrativo que evidencia a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida apurada em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em mesma data do ano anterior, ou seja, é a diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas, incluindo os juros e o principal da dívida e ainda acrescentando as receitas financeiras. O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida em determinado período.

Neste exercício verificou-se variação de 108,18% nesse resultado em relação anterior.

Tabela 40 – Comparativo do Resultado Nominal  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

LRF, art. 53, inciso III – Anexo VI R\$ milhares

Especificação	Saldo		
	Em 31/12/2007	Em 31/12/2008	AH % (1)
Dívida Consolidada (I)	52.148.838	60.120.983	15,29
Deduções (II)	7.456.135	8.560.323	14,81
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I – II)	44.692.702	51.560.659	15,37
Passivos Reconhecidos (V)	663.208	1.408.354	112,35
Dívida Fiscal Líquida (III + IV – V)	44.029.494	50.152.305	13,91
<b>Resultado Nominal</b>	<b>2.941.137</b>	<b>6.122.811</b>	<b>108,18</b>

Discriminação da Meta Fiscal	2007	2008
Meta de Resultado Fixada na LDO	3.311.000	2.991.647

Regime Previdenciário		
Especificação	Em 31/12/2006	Em 30/12/2007
Dívida Consolidada (VI)	1.436.838	1.718.242
Deduções (VII)	2.036.372	1.466.678
<b>Dívida Fiscal Líquida (VIII – IX)</b>	<b>(599.534)</b>	<b>251.565</b>

Fonte: SIAFI – MG e Informações das Empresas Estatais Dependentes

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

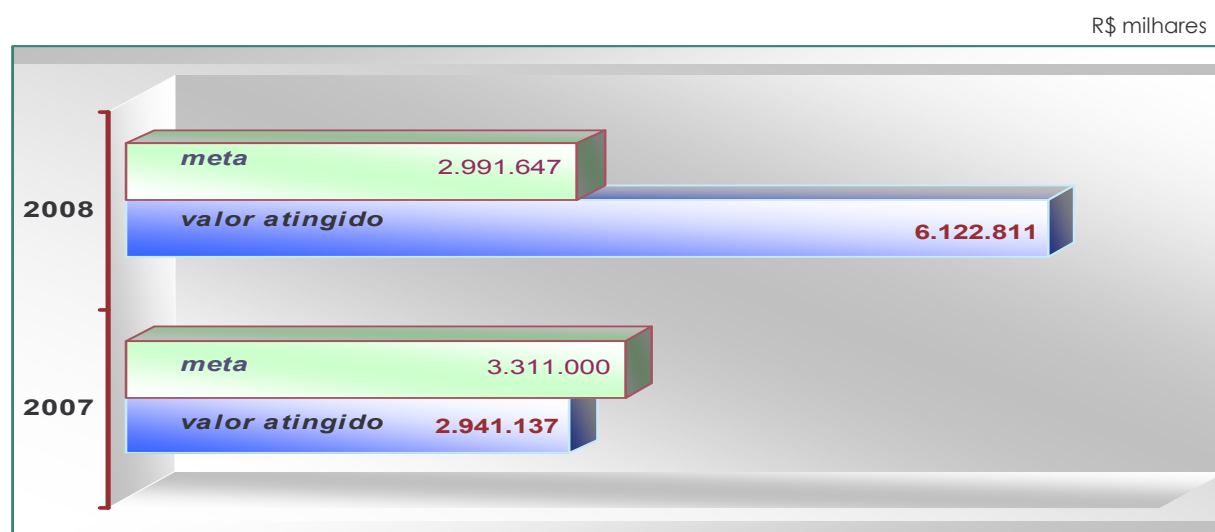


Gráfico 25 – Comparativo do Resultado Nominal – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG, informações da ALMG e Empresas Estatais Dependentes.



## 7.6 – Resultado Primário

O principal objetivo desse cálculo é avaliar a sustentabilidade da política fiscal da administração pública em um dado exercício financeiro, tendo em vista o patamar atual da dívida e a capacidade de pagamento da mesma pelo setor público no longo prazo<sup>12</sup>.

A Tabela 41 descreve o comparativo entre o exercício 2008 e o anterior, que apontou crescimento de 28,70%, apresentando resultado superior em 40,71% da meta fixada na LDO estabelecida para 2008.

Tabela 41 – Comparativo do Resultado Primário  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

LRF, art. 53, inciso III – Anexo VII

R\$ milhares

Receitas Primárias	2007	2008	Variação %
Receita Primária Total	31.542.786	38.135.970	20,90
Despesa Primária Total	29.234.006	35.164.665	20,29
<b>Resultado Primário</b>	<b>2.308.780</b>	<b>2.971.305</b>	<b>28,70</b>
Meta de Resultado Fixada na LDO	1.687.000	2.373.780	40,71

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

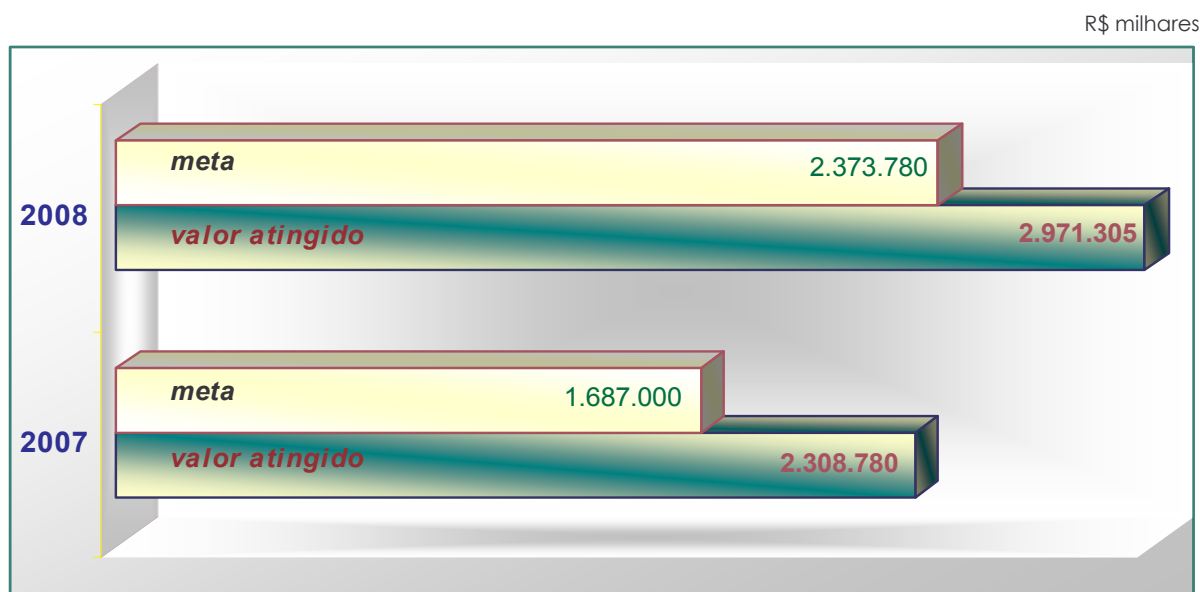


Gráfico 26 – Comparativo do Resultado Primário – Estado de Minas Gerais – 2007/2008

Fonte: SIAFI – MG.

<sup>12</sup> Livro de Contas Públicas de Minas Gerais 2003 – 2006



## 7.7 – Disponibilidade de Caixa

O demonstrativo a seguir evidencia os valores e a variação percentual da Disponibilidade de Caixa, inclusive do Regime Previdenciário, registrados pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, nos exercícios de 2007 e 2008, visando assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento que trata a LRF.

Tabela 42 – Comparativo da Disponibilidade de Caixa – Poder Executivo (1)  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

RGF – Anexo V (LRF, art.55, Inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

Ativo	2007	2008	AH % (3)	Passivo	2007	2008	AH % (3)
Disponibilidade Financeira	3.342.448	3.581.745	7,16	Obrigações Financeiras	4.641.318	2.577.112	(44,47)
Caixa	174	241	39,00	Depósitos	1.005.126	525.694	(47,70)
Bancos	3.397.663	3.913.128	15,17	Restos a Pagar Processados	3.614.744	2.036.989	(43,65)
Conta Mov.	3.105.735	3.463.749	11,53	Do Exercício	1.713.733	1.048.795	(38,80)
Contas Vinc.	291.928	449.378	53,93	De Exercícios Anteriores	1.901.011	988.194	(48,02)
Aplicações Financeiras	81.972	116.322	41,90	Outras Obrig. Financeiras	21.449	14.429	(32,73)
Outras Disponibilidades Financeiras	(137.361)	(447.946)	226,11	Restos a Pagar não Proc. de Ex. Anteriores	20.703	13.803	(33,33)
Recursos de Mov. da Unid. Tesouraria	876.094	1.131.688	29,17	Credores – Entidades/Agentes	746	626	(16,13)
Recursos Centralizados Conta Única (2)	(1.013.455)	(1.579.634)	55,87				
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.342.448</b>	<b>3.581.745</b>	<b>7,16</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4.641.318</b>	<b>2.577.112</b>	<b>(44,47)</b>
Insuficiência antes Inscrição em Restos a Pagar não Processados (I)	1.298.870	-	-	Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados (II)	-	1.004.633	-
<b>Total</b>	<b>4.641.318</b>	<b>3.581.745</b>	<b>(22,83)</b>	<b>Total</b>	<b>4.641.318</b>	<b>3.581.745</b>	<b>(22,83)</b>
Inscrição em Restos a Pagar não Processados (III)					999.802	2.474.535	147,50
Suficiência após Insc. em Restos a Pagar não Processados (IV) = (II – III)					-	-	-

RGF – ANEXO V (LRF, art.55, Inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

Regime Previdenciário							
Ativo	2007	2008	AH % (3)	Passivo	2007	2008	AH % (3)
Disponibilidade Financ. Regime Previdenciário	277.539	736.156	165,24	Obrigações Financ. Regime Previdenciário	789.624	865.216	9,57
Caixa	2	0	-	Depósitos	45.779	80.947	76,82
Bancos	7.991	143	(98,21)	Restos a Pagar Processados	743.229	782.816	5,33
Conta Mov.	4.067	143	(96,49)	Do Exercício	358.382	437.611	22,11

\continua



\continuação da Tabela nº. 42

Contas Vinc.	3.923	-	-	De Exercícios Anteriores	384.847	345.205	(10,30)
Aplicações Financeiras	135.603	291.935	115,29	Outras Obrig. Financeiras	616	1.453	135,85
Outras Disponibilidades Financeiras	133.944	444.078	231,54	Restos a Pagar Não Processados de Exerc. Anteriores	606	1.450	139,26
Recursos de Movimentação da Unidade de Tesouraria	133.944	444.078	231,54	Credores - Entidades e Agentes	10	3	(69,77)
Recursos Centralizados Conta Única (2)	-	-	-	Outras Obrig. Financeiras	-	-	-
Subtotal	277.539	736.156	165,24	Subtotal	789.624	865.216	9,57
Insuficiência antes Inscrição em Restos a Pagar não Processados (V)	512.085	129.059	(74,80)	Suficiência antes Inscrição em Restos a Pagar não Processados (VI)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>789.624</b>	<b>865.216</b>	<b>9,57</b>	<b>Total</b>	<b>789.624</b>	<b>865.216</b>	<b>9,57</b>
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Regime Previdenciário (VII)					72.830	145.875	100,30
Suficiência Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados (VIII) = (VI – VII)					-	-	-
<b>Déficit</b>	<b>2.883.587</b>	<b>2.749.470</b>	<b>(4,65)</b>	<b>Superávit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI – MG

Notas: 1) Não foram considerados os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) Compõem-se de recursos de terceiros (Órgãos/Entidades) centralizados na conta 111.04 – Recursos de Movimentação Unidade de Tesouraria nos termos do Decreto nº 38.865/91, oriundo do FUNFIP no valor de R\$ 133.943.596,96 e de R\$ 3.417.586,36 referentes aos demais Órgãos/Entidades da Administração Pública Estadual;

3) AH – Análise Horizontal (2008/2007).

Com base no demonstrativo da disponibilidade de caixa, verificou-se que apesar do montante de Restos a Pagar Não Processados, inscritos no exercício de 2008, apontar uma elevação da ordem de 147% em relação a 2007, o Estado obteve um crescimento de sua disponibilidade financeira em 2008 superior a 7% se comparado ao exercício anterior.

Evidenciou-se no comparativo entre os exercícios analisados que o *déficit* apurado entre ambos acusou retração de 4,65%.



## 7.8 – Restos a Pagar por Poder e Ministério Público

São inscritos em Restos a pagar as despesas empenhadas, não canceladas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro, que se referem aos encargos ocorridos no próprio exercício.

Os Restos a Pagar Processados, são despesas empenhadas cujo credor já tenha cumprido suas obrigações, ou seja, já prestado o serviço ou executado a etapa da obra, o material recebido pela administração pública, sendo que a liquidação já ocorreu dentro do exercício, caracterizando assim, o compromisso de efetuar o pagamento ao fornecedor.

Por outro lado, os Restos a Pagar Não Processados são as despesas empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, que dependem, ainda, da prestação do serviço, recebimento de bens ou do fornecimento do material.

As movimentações de Restos a Pagar do exercício de 2008, estão evidenciadas na Tabela 43.

Tabela 43 – Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Ministério Público  
Estado de Minas Gerais – 2008

RREO – Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V) R\$ milhares

Poder / Órgão	Restos a Pagar Processados					
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2007			Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2008
Executivo	2.285.858	2.072.114	791.318	2.236.883	1.333.399	1.486.407
Legislativo	-	38.431	0	38.431	-	39.071
Judiciário	678	9.452	2	8.493	1.634	48.645
Ministério Público	-	3.952	36	3.914	2	694
<b>Total</b>	<b>2.286.536</b>	<b>2.123.949</b>	<b>791.357</b>	<b>2.287.721</b>	<b>1.335.035</b>	<b>1.574.817</b>

Poder / Órgão	Restos a Pagar Não Processados					
	A Pagar		Cancelados	Pagos	A Pagar	
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2006			Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2008
Executivo	21.309	1.072.632	152.879	922.181	15.253	2.620.410
Legislativo	-	28.248	437	27.811	-	11.152
Judiciário	-	31.807	8.056	21.818	1.933	39.452
Ministério Público	134	6.768	838	5.902	162	11.028
<b>Total</b>	<b>21.443</b>	<b>1.139.454</b>	<b>162.209</b>	<b>977.711</b>	<b>17.349</b>	<b>2.682.043</b>

Fonte: SIAFI – MG



## 7.9 – Despesas com Saúde

A previsão da Carta Federal, alterada pela E.C. nº. 29, de 13.09.00 (art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias – ADCT) e Instrução Normativa/TCEMG 11/03 de 17/12/03 que tratou da observância ao cumprimento dos limites estabelecidos constitucionalmente na aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos com saúde, encontra-se resumida na Tabela 44.

No exercício de 2008, o Estado de Minas Gerais registrou aplicação no montante das despesas realizadas com saúde de 13,12% do total das receitas específicas em ações e serviços para aquela área, superando desta forma a aplicação mínima exigida de 12%. Importante ressaltar que o volume de recursos aplicados na saúde em 2008 superou em R\$ 498 milhões ao destinado em 2007.

Tabela 44 – Comparativo das Receitas e Despesas com Saúde  
Estado de Minas Gerais – 2007/2008

R\$ milhares			
<b>01 – Receitas</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>AH % (1)</b>
A – Impostos e Transferências Federais	21.727.834	25.939.453	19,38
B – Transferências Correntes	2.265.977	2.711.807	19,67
C – Outras Receitas Correntes	400.514	905.455	126,07
Subtotal = ( A + B + C )	24.394.325	29.556.715	21,16
D – Deduções	5.744.362	6.900.069	20,12
<b>Total das Receitas (A+B+C-D)</b>	<b>18.649.963</b>	<b>22.656.646</b>	<b>21,48</b>
Valor Legal de Aplicação em Ações e Serviços de Saúde 12,00%	2.237.996	2.718.798	21,48
<b>02 – Despesas Realizadas</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>AH % (1)</b>
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	14.109	16.984	20,38
Benefícios Previdenciários	176.535	203.415	15,23
FHEMIG	23.237	30.389	30,78
FUNED	3.975	5.181	30,35
HEMOMINAS	827	1.206	45,84
IPSEMG	82.839	93.042	12,32
Secretaria de Estado de Saúde	65.657	73.597	12,09
Expandir e assegurar os serviços de abastecimento de água em localidades com concessão da COPASA (1)			
Expandir e assegurar os serviços de esgotamento sanitário em localidades com concessão da COPASA (1)	765.441	779.946	1,90
Implantar sistemas de tratamento de esgoto sanitário em localidades com concessão da COPASA (1)			
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	-	-	-
EGE - Secretaria de Estado de Fazenda - Encargos Diversos	2.564	-	-
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia Minas Gerais	27.603	34.435	24,75
Fundação Ezequiel Dias	38.398	35.374	(7,88)
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	351.137	408.740	16,40
Fundo Estadual de Saúde	616.230	921.219	49,49
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	121.734	136.269	11,94
Instituto de Previdência dos Servidores Militares Est. Minas Gerais	121.644	166.511	36,88
Secretaria de Estado de Defesa Social	5.030	6.527	29,75
Secretaria de Estado de Desenv. Regional Polífrica Urbana	13.401	-	-
Secretaria de Estado de Saúde	207.709	235.501	13,38
Universidade Estadual de Montes Claros	19.038	17.941	(5,76)
Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais	1.464	5.887	302,26
Publicação Atos e Matérias Órgão Oficial do Estado - Setor Saúde	-	2.786	-
<b>Total (A)</b>	<b>2.482.038</b>	<b>2.971.536</b>	<b>19,72</b>
<b>Total das Receitas (B)</b>	<b>18.649.963</b>	<b>22.656.646</b>	<b>21,48</b>
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>A/B</b>	<b>13,31</b>	<b>13,12</b>
Aplicação Mínima: 12,00% (D)			<b>(1,45)</b>
		2.237.996	2.718.798
			21,48

Fonte: SIAFI – MG

Nota: 1) AH – Análise Horizontal (2008/2007).



## 7.10 – Parcerias Público-Privadas

Demonstrativo que de forma reduzida evidencia a despesa realizada com as Parcerias Público-Privadas – PPP realizadas através de concessão administrativa e concessão patrocinadas, referente às contraprestações pecuniárias do Estado, que estão alocadas no Fundo específico ligado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Tabela 45 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas – PPP  
Estado de Minas Gerais 2008 – 2017

RREO – Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ milhares

Especificação	Saldo Total em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Registros Efetuados em 2008		Saldo Total (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
Total de Ativos				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
Total de Passivos (I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
Garantias de PPP (II)				
Saldo Líquido de Passivos de PPP (III) = (I-II)				
Passivos Contingentes				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
Ativos Contingentes				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

Despesas de PPP	Exercício Anterior 2007	Exercício Corrente 2008 (2)	Exercício 2009	Exercício 2010	Exercício 2011	Exercício 2012
Do Ente Federado		4.311	8.987	9.436	9.908	10.403
Das Estatais Não-Dependentes						
<b>Total das Despesas (1)</b>		<b>4.311</b>	<b>8.987</b>	<b>9.436</b>	<b>9.908</b>	<b>10.403</b>
Receita Corrente Líquida (RCL) (3)	23.803.678	29.242.489	3.026.013	31.313.181	32.402.879	33.530.499
Total das Despesas / RCL (%)		0,01	0,30	0,03	0,03	0,03

Despesas de PPP	Exercício 2013	Exercício 2014	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2017
Do Ente Federado	10.923	11.469	12.043	12.645	13.277
Das Estatais Não-Dependentes					
<b>Total das Despesas (1)</b>	<b>10.923</b>	<b>11.469</b>	<b>12.043</b>	<b>12.645</b>	<b>13.277</b>
Receita Corrente Líquida (RCL) (3)	34.697.361	35.904.829	37.154.317	38.447.287	39.785.253
Total das Despesas / RCL (%)	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03

Fonte: SETOP/MG e SEF/MG

Notas: pela SETOP

(1) - Observação: Os valores a serem pagos são mensais, de Janeiro a Dezembro de todos os anos, sendo que o reajuste é anual e feito em Junho. O índice a ser aplicado é o IPCA, e, como não é possível prever qual será o reajuste nem para o ano de 2009, foi utilizado um reajuste de 5% ao longo de todos os anos.

pela SCCG/STE/SEF

(2) - Consta execução de Despesa Realizada no valor de R\$ 6.603.192,08 na Unidade Orçamentária 4481 - Fundo de Parcerias de Minas Gerais;

(3) - Para a projeção da RCL de exercícios futuros utilizou-se a geométrica da taxa de crescimento real do PIB constante do Manual de Pleito da Secretaria do Tesouro Nacional, em observância a instrução contida no Manual de preenchimento, portaria nº 575/STN, referente ao Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas, página 273.



## 8 – Indicadores Constitucionais

Destacou-se de forma resumida na Tabela 46, os valores e percentuais, alcançados pelo Estado, em confronto com a aplicação mínima exigida constitucionalmente para atividades essenciais, tais como, saúde, educação, amparo e fomento à pesquisa, de acordo com a execução da despesa orçamentária.

A partir do exercício de 2008, o Estado de Minas Gerais adequou-se ao contido na Lei Federal nº 11.494 de 20/06/2007, que regulamentou o FUNDEB, destacando a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento da Educação Básica.

Tabela 46 – Demonstrativo dos Índices Constitucionais  
Estado de Minas Gerais – 2008

Demonstrativo	R\$ milhares			
	Receita (Base de Cálculo)	Aplicação do Recurso (Despesa)	Valor Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Aplicação de Recursos na Saúde – (12,00 %)	<b>22.656.646</b>	<b>2.971.536</b>	<b>12,00</b>	<b>13,12</b>
Aplicação de Recursos na FAPEMIG	<b>20.923.113</b>	<b>209.231</b>	<b>209.231</b>	<b>1,00</b>
Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25,00%)	<b>22.656.646</b>	<b>6.539.566</b>	<b>5.664.162</b>	<b>28,86</b>
– Aplicação mínima legal no pagamento dos profissionais do magistério da Educação Básica (60% das transf. recebidas do FUNDEB)	3.580.303	2.790.138	2.148.182	77,93
– Demais despesa com manutenção e desenvolvimento da Educação Básica	-	3.749.428		

Fonte: SIAFI – MG

No exercício de 2008, o Estado de Minas Gerais aplicou um montante de R\$ 2,971 bilhões em ações e serviços públicos de saúde, correspondendo a 13,12% das receitas específicas para o setor, ultrapassando assim o limite 12% previstos constitucionalmente.

Seguindo determinação contida no § 1º do art. 158 da Constituição Estadual, que determina que os recursos para os programas de saúde não serão inferiores aos destinados aos investimentos em transporte e sistema viário, o Estado de Minas Gerais aplicou recursos em programas de saúde 3,17 vezes superior ao aplicados em investimentos em transporte e sistema viário.

A aplicação no montante de R\$ 6,539 bilhões, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atingiu percentual de 28,86% das receitas de impostos e transferências que são base de cálculo constitucional para essa finalidade, ficando, portanto 3,86 pontos percentuais acima da aplicação mínima.

Ao findar este capítulo com as demonstrações dos indicadores fiscais, bem como os constitucionais, depreende-se com a evidenciação das origens e aplicações dos recursos



públicos pelo governo mineiro no exercício de 2008. Vale ressaltar que aplicações na área de ensino e em saúde atingiram percentuais acima dos estabelecidos, ao passo que os dispêndios principalmente com pessoal e encargos e dívida consolidada demonstraram realizações dentro das patamares exigidos pela LRF.

Desta forma o Estado de Minas Gerais envida esforços no cumprimento dos limites legais e constitucionais visando a busca de um Estado para resultados, em prol da sociedade mineira.



## 9 – Considerações Finais

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade e assim proporcionar maior transparência dos resultados obtidos pelo Governo de Minas Gerais, bem como atender aos dispositivos legais, a Superintendência Central de Contadoria Geral concluiu o Balanço Geral do Estado e o Relatório Contábil relativo ao exercício financeiro de 2008.

O relatório contábil sintetiza as principais informações do governo mineiro no que tange à sua execução orçamentária, financeira e patrimonial. Assim, os dados contidos no Balanço Geral e traduzidos pelo presente relatório evidenciam o esforço concentrado e a dedicação de todos os setores do Estado, no cumprimento das ações planejadas pelo Governo, a fim de “ transformar a visão de futuro em objetivos concretos”.

Certos da concretização de mais uma etapa de nossa caminhada, agradecemos a todos os colegas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, que direta ou indiretamente contribuíram para este trabalho, de forma especial à equipe da Contadoria Geral que desenvolve suas atividades com esforço, determinação, comprometimento e zelo.

Agradecemos ainda ao Secretário de Estado de Fazenda, Dr. Simão Cirineu Dias e ao Secretário Adjunto e Subsecretário do Tesouro Estadual, Dr. Leonardo Colombini, pela confiança e apoio depositados nesta Contadoria Geral no desempenho de suas funções.

Belo Horizonte, 18 de março de 2009.

**Maria da Conceição Barros de Rezende**

Diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral

Contadora CRC/MG 68.609-8



## Legislação Básica

### Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição Estadual, de 21 de setembro 1989.

### Leis Federais

LEI FEDERAL nº. 4.320/64 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº. 8.727/93 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº. 9.394/96 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº. 9.496/97 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº. 11.494/07 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

### Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº. 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 64, de 25.03.02 (e alterações posteriores) – Institui o regime próprio de previdência e assistência social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 77, de 13.01.04 – Cria o fundo financeiro de previdência - Funfip - e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 91, de 19.01.06 – Dispõe sobre a instituição, Gestão e Extinção de Fundos Estaduais.



LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº. 102, de 17.01.08 – Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências.

### **Leis Estaduais**

LEI ESTADUAL nº. 14.868, de 16.12.03 – Dispõe sobre as Parcerias Público-Privadas – PPP.

LEI ESTADUAL nº. 15.424, de 20.01.04 – Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da taxa de fiscalização judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências.

LEI ESTADUAL 16.919/07 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº. 17.007, de 28.09.07 – Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº. 17.333, de 10.01.08 – Estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimento das empresas.

LEI ESTADUAL nº. 17.347, de 16.01.08 – Dispõe Sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, para o período 2008-2011.

LEI ESTADUAL nº. 17.600, de 01.07.08 – Disciplina o acordo de resultados e o prêmio por produtividade no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº. 17.949 de 22.12.08 – Cria o fundo de apoio habitacional aos militares do Estado de Minas Gerais – FAHMEMG, e dá outras providências.

### **Decretos**

DECRETO nº. 35.304, de 30.12.93 – Dispõe sobre a implantação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG.

DECRETO nº. 37.924, de 16.05.96 – Dispõe sobre a execução orçamentária e financeira, estabelece normas gerais de gestão das atividades patrimonial e contábil de Órgãos e Entidades integrantes do Poder Executivo e dá outras providências.

DECRETO nº. 39.601, de 19.05.98 – Dispõe sobre a gestão do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG, e dá outras providências.



DECRETO nº. 42.251, de 09.01.02 – Institui o Responsável Técnico.

DECRETO nº. 43.145, de 03.01.02 – Dispõe sobre o Colegiado de Gestão Governamental e dá outras providências.

DECRETO nº. 44.326, de 21.06.06 – Dispõe sobre o Sistema de Repasse Direto e Automático de recursos financeiros consignado no Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.

DECRETO nº. 44.364, de 26.07.06 – Altera o DECRETO nº. 44.180, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de Órgãos da Administração Pública Direta, Empresas Estatais Dependentes, Autarquias, Fundações Públicas e Fundos Estaduais, Integrantes da Administração Pública Indireta no âmbito do Poder Executivo.

DECRETO nº. 44.424, de 11.03.08 – Dispõe sobre o sistema de gestão de convênios, portarias e contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON – MG, no âmbito do poder executivo e dá outras providências.

DECRETO 44.695 de 28.12.07 – Institui o programa de parcelamento especial de crédito tributário relativo ao ICMS.

DECRETO nº. 44.716, de 09.11.07 – Dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2008 e dá outras providências.

DECRETO nº. 44.730 de 20.02.08 – Dispõe sobre a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário relativo ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD) e redução das multas e juros nos casos que especifica.

DECRETO nº. 44.929 de 30.10.08 – Dispõe sobre a organização do plano estadual de Parcerias Público-Privadas – PPP, e dá outra providência.

DECRETO nº. 44.948 de 14.11.08 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2008, para os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual.

DECRETO nº. 44.997 de 30.12.08 – Cria o programa emergencial de socorro a empresas e cooperativas com empreendimentos afetados por chuvas intensas – FUNDESE SOLIDÁRIO IV, no âmbito do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais – FUNDESE.



DECRETO nº. 45.018 DE 20.01.08 – Dispõe sobre a utilização e gestão do sistema integrado de administração de materiais e serviços do Estado de Minas Gerais – SIAD – MG do Poder Executivo estadual.

### **Portarias**

PORTARIA SCCG nº. 617, de 11.01.02 – Regulamenta a manutenção de tabelas do Responsável Técnico.

PORTARIA SCCG nº. 664, de 29.07.03 – Dispõe sobre a racionalização da utilização do SIAFI – MG.

PORTARIA SCCG nº. 742, de 26.04.07 – Determina procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, referentes ao acompanhamento contábil relacionado à gestão orçamentária, financeira e patrimonial e institui o Relatório de Conformidade Contábil – RCC.

PORTARIA CONJUNTA SCCG/SCRLP nº. 774 DE 29.11.08 - Dispõe sobre procedimentos operacionais e contábeis para a integração do Sistema Integrado de Administração de Materiais – SIAD – MG com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – SIAFI – MG, conforme disposição do art. 12 do DECRETO nº. 44.948, de 14.11.08.

PORTARIA STN/MG nº. 212, de 04.06.01 – Contabilização do IRRF.

PORTARIA STN/MF nº. 340, de 26.06.06 – 3ª Edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública.

PORTARIA STN/MF nº. 564, de 27.10.04 – Manual da Dívida Ativa.

PORTARIA STN/MF/nº. 574, de 30.08.07 – Manual de elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal.

PORTARIA STN/MF/nº. 575, de 30.08.07 – Manual de elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

### **Instruções Normativas**

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG nº. 002/2001, de 19.09.01 – Dispõe sobre documentos que integrarão as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.



INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG nº. 005/2001, de 27.12.01 – Altera e revoga dispositivos da Instrução nº. 001/2001 e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEMG nº. 017/2008, de 03.12.08 – Estabelece normas sobre composição e apresentação das prestações de contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos Órgãos da Administração Direta Estadual.

### **Resoluções**

RESOLUÇÃO SEF/SEPLAG nº. 6.870, de 31.12.08 – Define casos de exceção ao disposto pelo Inciso VI, artigo 49 da Lei Estadual nº. 16.919, de 06 de agosto de 2007.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº. 40, de 10.04.02 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº. 43, de 10.04.02 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº. 20, de 07.11.03 – Amplia os prazos estabelecidos na Resolução do Senado Federal, nº. 40/02.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº. 67, de 07.12.05 – Altera Resolução do Senado Federal, nº 43/02.



## Realização

### **Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais**

Rua da Bahia nº. 1816 – Funcionários – Belo Horizonte – Minas Gerais  
Telefone: 3217.6100 – Endereço Eletrônico: [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br)

### **Secretário de Estado de Fazenda**

Simão Cirineu Dias

### **Secretário Adjunto de Estado de Fazenda**

Leonardo Maurício Colombini Lima

### **Responsáveis**

Maria da Conceição Barros de Rezende  
Maria Aparecida de Almeida Monteiro  
Nelma Barbonaglia da Silva  
Oswaldo Roberto de Paula  
Ricardo Augusto Zadra  
Tadeu Lage



## Equipe Técnica

### Superintendência Central de Contadoria Geral – SCCG

Maria da Conceição Barros de Rezende  
Diretora da Superintendência Central de Contadoria Geral

Assessoria

Antônio Donizete Rosa

Coordenação Geral do SIAFI – MG

Maria Coeli Amorim Prosdocimi Diniz – Coordenadora  
Andréa Mara da Silva Oliveira  
Dínika Bernadeth Pereira da Silva  
Maria de Fátima Câmara  
Sandro Wilson de Oliveira  
Vanilda Maria Mainart Imão  
Wanda Luíza Fiorita da Silva

Diretoria Central de Acompanhamento Operacional

Nilson Eustáquio de Souza – Diretor  
Dayse Aparecida Trindade Moreno de Carvalho  
Isabella Kênia Fonseca Viegas  
Vanda Helena Campos Rodrigues Coelho Naves

Diretoria Central de Análise e Pesquisa

Maria Aparecida de Almeida Monteiro – Diretora  
Nelma Barbonaglia da Silva  
Oswaldo Roberto de Paula  
Ricardo Augusto Zadra  
Tadeu Lage

Diretoria Central de Normatização e Controle

Dênis Robinson de Amorim Paixão – Diretor  
Marise Couto Silva

Apoio Administrativo

Íris Ranieri de Melo Cesário  
Rosa Maria Rodrigues de Paula



## Bibliografia

Kohama, Heilio

Contabilidade Pública - Teoria e Prática – São Paulo, Atlas, 2003.

Machado Jr., José Teixeira

A lei 4.320 comentada [por] J. Teixeira Machado Jr. [e] Heraldo da Costa Reis. 30. ed. ver. atual. Rio de Janeiro, IBAM, 2000 / 2001.

Silva, Lino Martins da,

Contabilidade Governamental – Um enfoque administrativo, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 348.

Meirelles, Lopes Hely,

Direito Administrativo Brasileiro, 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 78.

Piscitelli, Roberto Bocaccio [et al.]

Contabilidade Pública – Uma abordagem da Administração Financeira Pública – 9ª edição – Editora Atlas.

Sá Lopes A.

Dicionário de Contabilidade, 09. ed. São Paulo: Atlas.

Iudícibus, Sérgio de, [et al.]

Dicionário de termos de contabilidade – São Paulo: Atlas, 2001.

Martins, Ives Gandra da Silva [et al.]

Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal – São Paulo: Saraiva, 2001.

Equipe da SEF/MG

As Contas Públicas de Minas Gerais de 2003 a 2006 – A História do *Déficit Zero*.

Matarazzo, Dante C.

Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial – 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2003.

Relatórios Contábeis dos exercícios de 2003 a 2006 – Secretaria de Estado de Fazenda – SEF/SCCG.

Sítio da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br).

Sítio da Secretaria do Tesouro Nacional – [www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br).

Sítio do Governo do Estado de Minas Gerais – [www.geraes.mg.gov.br](http://www.geraes.mg.gov.br).

Sítio do Ministério da Previdência Social – [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br).



## Lista de Abreviaturas e Siglas

ADCT	– Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias
AH	– Análise Horizontal
ALMG	– Assembléia Legislativa DO Estado de Minas Gerais
AUGE	– Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais
AV	– Análise Vertical
BDMG	– Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
C.E.	– Constituição Estadual
C.F.	– Constituição Federal
CEMIG	– Companhia Energética de Minas Gerais
CIDE	– Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CODEMIG	– Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
COHAB	– Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
CONFIP	– Conta Financeira de Previdência
COPANOR	– Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A
COPASA	– Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRC	– Conta de Resultados a Compensar
DCAC	– Diretoria de Cadastro e Arrecadação e Cobrança
DCL	– Dívida Consolidada Líquida
DER-MG	– Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais
DINF	– Diretoria de Informações Fiscais
DMLP	– Dívida de Médio e Longo Prazos
DR	– Despesas Realizadas
DTI	– Divisão de Tratamento da Informação
E.C.	– Emenda Constitucional
EGE	– Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMG	– Estado de Minas Gerais
EPAMIG	– Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAHMEMG	– Fundo de Apoio Habitacional aos Militares
FAPEMIG	– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEH	– Fundo Estadual de Educação
FES	– Fundo Estadual de Saúde
FHEMIG	– Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FINDES	– Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE	– Fundo de Participação dos Estados
FUNDEB	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
FUNDESE	– Fundo de Fomento e Desenvolvimento socioeconômico do Estado de MG
FUNDHAB	– Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais
FUNDOMIC	– Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação MG
FUNED	– Fundação Ezequiel Dias
FUNFIP	– Fundo Financeiro de Previdência
FUNPEMG	– Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais
GERAES	– Gestão Estratégica dos Recursos e Ações do Estado
HEMOMINAS	– Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais
ICMS	– Imposto s/Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e S/Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IMRS	– Índice Mineiro de Responsabilidade Social



INSS	– Instituto Nacional da Seguridade Social
IPCA	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPÍ	– Imposto sobre Produtos Industrializados
IPLEMG	– Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais
IPSEMG	– Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais
IPSM	– Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais
IPVA	– Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IQA	– Índice de Qualidade da Água
IRRF	– Imposto de Renda Retido na Fonte
ITCD	– Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
MDE	– Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MF	– Ministério da Fazenda
MGI	– Minas Gerais Participações S.A.
PASEP	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	– Produto Interno Bruto
PPAG	– Plano Plurianual de Ação Governamental
PPP	– Parcerias Público-Privadas
PROCESSO	– Programa de Pavimentação de Ligações aos Municípios
PRODEMGE	– Companhia de tecnologia da Informação de Minas Gerais
PRO-HOSP	– Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS/MG
PROMÉDIO	– Programa de Melhoria da Qualidade e Eficiência do Ensino Médio
PROMG	– Programa de Recuperação em Manutenção Rodoviária do Estado de MG
QESE	– Quota Parte Estadual do Salário Educação
RCL	– Receita Corrente Líquida
RGF	– Relatório de Gestão Fiscal
RGPS	– Regime Geral de Previdência Social
RMBH	– Região Metropolitana de Belo Horizonte
RPPS	– Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos
RREO	– Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RURALMINAS	– Fundação Rural Mineira
SAIF	– Superintendência de Arrecadação e Informações Fiscais
SCCG	– Superintendência Central de Contadoria Geral
SCOC	– Superintendência Central de Operações Oficiais de Crédito
SCPPO	– Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária
SCRLP	– Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio
SEF	– Secretaria de Estado de Fazenda
SEPLAG	– Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SETOP	– Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
SETS	– Sistema Estadual de Transporte Sanitário
SIAD	– Sistema Integrado de Administração de Materiais
SIAFI – MG	– Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais
SOMMA	– Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios
SPE	– Sociedade de Propósito Específico
SRE	– Subsecretaria da Receita Estadual
STE	– Subsecretaria do Tesouro Estadual
STN	– Secretaria do Tesouro Nacional
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
SUS	– Sistema Único de Saúde
TDP	– Total da Despesa com Pessoal
UT	– Unidade de Tesouraria



336.126 MG – Secretaria de Estado de Fazenda – SCCG – Balanço  
M663b Geral – Exercício de 2008. Belo Horizonte, 2009.

1. Finanças Públicas. 2. Contabilidade Pública.
3. Orçamento Público. 4. Administração Financeira I.T.